

Programa do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL

Governo do Distrito Federal

Eleições 2018

Fátima Sousa e Keka Bagno

Versão para discussão com a sociedade

EIXOS PROGRAMÁTICOS

I – Bem Viver.....P. 03

II – Cuidar das Pessoas.....P. 21

III – Economia para a Sociedade.....P. 32

IV – Direito à Cidade.....P. 47

V – O Povo Governa.....P. 61

EIXO I – BEM-VIVER

SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

I. S A Ú D E

No Governo de Fátima Sousa e Keka Bagno, as políticas públicas serão articuladas de modo coordenado, permanente, intensivo e indispensável, a serviço da redução das desigualdades sociais. A saúde e a qualidade de vida dependem de iniciativas que integrem diversas políticas públicas, adequando-as às reais necessidades de saúde individuais e coletivas e incorporando efetivamente os paradigmas da vigilância e da promoção no cuidado com a saúde, bem como da participação popular na elaboração, monitoramento e avaliação permanente das ações, projetos, programas e políticas públicas de saúde.

Na área de saúde, o programa se divide em três grandes temas: Atenção Básica; Atenção Especializada e Hospitalar; Gestão e Recursos Humanos na Saúde.

ATENÇÃO BÁSICA: EQUIDADE SOCIAL E PROMOÇÃO DE SAÚDE

Nossos compromissos são: - fomentar o desenvolvimento de redes locais de vigilância e cuidados primários à saúde, articulando recursos públicos e comunitários; - aperfeiçoar e expandir a estratégia saúde da família para toda população do DF; assegurar 100% de cobertura de agentes comunitários de saúde – agentes de cidadania – nas áreas onde residem pessoas em situação de vulnerabilidade e ou áreas que possuam índices baixos de desenvolvimento humano (IDH); - fomentar práticas e tecnologias em saúde que promovam mudanças de hábitos e comportamentos para modos mais saudáveis e sustentáveis de vida e saúde.

Na atenção básica, nossas ações estão divididas em 5 linhas, descritas abaixo

Ações:

a) EQUIPE DE SAÚDE EM CASA

- Composição: médico (generalista ou MFC), dentista, enfermeiro, técnico de enfermagem, técnico de saúde bucal, agente comunitário de saúde.
- N° médio de habitantes/Equipe: 2.500 habitantes (de 1.500 a 3.500 habitantes)
- N° necessário de Equipes: 1.200 Equipes (DF: 3 milhões de habitantes)

b) NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF)

- Composição: as categorias profissionais previstas na PNAB (2017), inclusive médicos pediatras, ginecologistas, clínicos, homeopatas e outros, que integram as carreiras de saúde da SES/DF, exceto as categorias profissionais já integrantes das Equipes Saúde em Casa.
- N° de profissionais (mínimo): 05 profissionais
- Carga Horária Semanal (mínima): 200 horas semanais
- N° médio de Equipes de Saúde em Casa/NASF: 06 (de 04 a 09 Equipes de Saúde em Casa)
- N° necessário de Equipes: 200 NASF

c) CENTRO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE (CERPIS)

- Implantar um CERPIS em cada Região de Saúde: Centro, Centro-Sul, Leste, Oeste, Sudoeste e Sul.
- Assegurar os recursos necessários à manutenção e bom funcionamento do CERPIS da Região Norte de Saúde.
- Apoiar a realização eventos de PIS nas Região de Saúde para discutir estratégias para sua expansão na atenção básica de saúde e nas “Escolas Promotoras da Saúde”.
- Disseminar as PIS nas comunidades, em parceria com outros setores do governo, tais como educação, esporte, meio ambiente e desenvolvimento social.
- Ampliar o escopo de PIS incorporando novas modalidades, de modo a promover, cada vez mais, a integralidade e equidade no cuidado à saúde.

d) FARMÁCIA VIVA

- Implantar uma FARMÁCIA VIVA em cada Região de Saúde: Centro, Leste, Oeste, Sudoeste, Norte e Sul.
- Assegurar recursos necessários e suficientes para funcionamento da FARMÁCIA VIVA do Riacho Fundo (Região Centro-Sul).
- Estabelecer parcerias e ações integradas com outros setores do governo – justiça e cidadania, agricultura, desenvolvimento social e educação – e também com setores da sociedade, tais como: pequenos agricultores e agricultores familiares para cultivo e produção da matéria prima necessária à produção de medicamentos fitoterápicos.

e) ESCOLA PROMOTORA DE SAÚDE

- Desenvolver estratégias e incentivos para sensibilizar as comunidades escolares e as equipes de atenção básica, parceiros fundamentais, a implementarem o projeto Escola Promotora de Saúde.
- Apoiar parcerias escolas e equipes de saúde que já desenvolvem ações de educação e saúde, buscando promover um projeto político-pedagógico que favoreçam à construção de Escolas Promotoras de Saúde.

- Pactuar o fornecimento de refeições adequadas, saudáveis e sustentáveis em todas escolas públicas.
- Estabelecer parcerias com setores da sociedade, como pequenos agricultores e agricultores familiares para produção de alimentos in natura e orgânico para a melhoria da qualidade das refeições, inclusive os lanches fornecidos pelas cantinas das escolas.
- Ampliar o número de escolas públicas com adesão ao Programa Saúde-Escola (PSE).

ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HOSPITALAR

A condução longitudinal da atenção à saúde das pessoas de modo integral, oportuno e singular, requer que os serviços e unidades da atenção especializada e hospitalares – de média e alta complexidade tecnológica – integrem redes destinadas ao cuidado especializado das pessoas nas diversas etapas da vida, considerando suas singularidades. Os recursos de diagnóstico e terapia de média e alta complexidade serão operacionalizados em redes regionalizadas, articulando de modo eficiente os serviços e unidades existentes em cada Região de Saúde. Promovendo também a articulação entre as Regiões de Saúde e observando, inclusive, às demandas dos municípios da RIDE, no que se refere a atenção especializada e hospitalar. Serão adotados dispositivos gerenciais e arranjos e configurações operacionais que tornem efetiva a cooperação mútua. Novas formas de comunicação e diálogo entre os pontos de atenção básica, atenção especializada e atenção hospitalar, como teleconsultoria, telediagnóstico e apoio matricial serão incentivadas. A regulação regionalizada da oferta de serviços e procedimentos de diagnóstico e terapia de média e alta complexidade terá o objetivo de evitar situações como a oferta desordenada, o congestionamento das listas de espera e a retenção desnecessária de pacientes nesses níveis de atenção, que tanto contribuem para ineficiência e insustentabilidade do atual modelo de atenção especializada vigente no SUS do DF.

Abaixo, são apresentadas as principais ações para o tema em três grandes linhas:

Ações:

a) ATENÇÃO ESPECIALIZADA

- Zerar a lista de espera para realização de consultas especializadas e de procedimentos diagnósticos e terapêuticos.
- Implantar modelo de atenção especializada, regionalizado, integrado e coordenado pelas equipes da atenção básica, onde o papel das equipes de atenção especializada irá além da tradicional realização de consultas e de procedimentos diagnósticos e terapêuticos especializados, e incorporará atividades de apoio pedagógico, assistencial e de educação permanente junto às equipes de atenção básica.

- Fortalecer a articulação, a comunicação e o diálogo entre a atenção especializada, a atenção básica e a atenção hospitalar, implantando um núcleo de TELESSAÚDE em cada Região de Saúde.
- Rever contratos de manutenção de equipamentos e de fornecimento de insumos para atenção especializada.
- Adquirir equipamentos e insumos necessários ao funcionamento pleno das unidades e serviços especializados de atenção à saúde.
- Captar recursos de investimento para adequação física e tecnológica da rede de atenção especializada, a fim de resolver os vazios assistenciais existentes nesse nível de atenção.
- Qualificar os trabalhadores da atenção especializada para desempenhar seu novo papel junto à atenção básica.

b) ATENÇÃO HOSPITALAR

- Zerar a lista de espera para cirurgias eletivas.
- Implantar modelo de atenção hospitalar regionalizado, que contemplará dispositivos de cuidado que assegurem a integralidade, qualidade e humanização da assistência e a segurança do paciente, garantindo intervenções seguras e resolutivas.
- Incrementar formas de atuação e processos de trabalho que sejam alternativas seguras de desospitalização, a fim de evitar a retenção do paciente no hospital, em internação desnecessária, tais como hospital-dia, internações e cuidados domiciliares, incorporando os saberes das famílias e comunidades no cuidado com o paciente.
- Fazer a gestão da atenção ao paciente crítico, evitando a ocupação inadequada dos leitos nas unidades de terapia intensiva (UTI) por pacientes com quadro clínicos estáveis ou menos complexos.
- Assegurar a manutenção, reformas e adequações estruturais e adquirir os equipamentos e insumos necessários ao funcionamento pleno das unidades hospitalares.
- Implantar e fortalecer os núcleos hospitalares de segurança do paciente visando a redução de incidentes desnecessários e evitáveis, além de atos inseguros relacionados ao cuidado.
- Adotar nos hospitais mecanismos de gestão participativa e democrática, como também dispositivos de avaliação da gestão, como ouvidoria e pesquisas de satisfação dos usuários.
- Implantar e fortalecer núcleos internos de regulação hospitalar para monitoramento do paciente desde sua chegada à instituição, durante o processo de internação e sua movimentação interna e externa, até a alta hospitalar.
- Criar alternativas às práticas hospitalares, como a implantação e fortalecimento de serviços como os hospitais-dia, e a ampliação das equipes multiprofissionais de internações e cuidados domiciliares, evitando a permanência do paciente internado de modo desnecessário.

- Estabelecer planos diretores de gestão hospitalar como ferramenta de formalização e contratualização de serviços entre os gestores da atenção hospitalar que integram as Regiões de Saúde, para garantir o cumprimento dos compromissos e a sustentabilidade institucional.
- Ampliar a cobertura de leitos hospitalares, inclusive para UTI adulto e pediátrica e para retaguarda de internações clínicas e pediátricas de cuidados prolongados, de internações cirúrgicas e de terapia intensiva.

c) URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A rede de atenção de urgência e emergência é composta de diferentes pontos de atenção do sistema e atuará de forma integrada, articulada e sinérgica, de modo a acolher, ágil e prontamente, as mais variadas condições clínicas, cirúrgicas, gineco-obstétricas, traumáticas e psiquiátricas, incluindo o serviço móvel de atendimento e transporte de pessoas em situações clínicas agudas e graves e na transferência inter-hospitalares de doentes com risco de morte.

- Vamos dotar as UBS dos recursos necessários para atender as demandas de urgência e emergência naquelas situações clínicas de risco leve ou sem risco para saúde e a vida, no seu período de funcionamento.
- Garantir o funcionamento das UBS das 7h às 19h, de segunda-feira ao sábado, assegurando horário estendido, até às 22h, de uma UBS em cada Território Sanitário da atenção primária à saúde.
- Fortalecer os componentes hospitalares da rede de atenção de urgências e emergências dos recursos necessários para garantir retaguarda aos atendimentos de média e alta complexidade, como procedimentos diagnósticos, leitos clínicos, cirúrgicos, de cuidados prolongados e de terapia intensiva.
- Implantar em cada Região de Saúde uma central de regulação, com estruturas físicas e tecnológicas adequadas às necessidades, a fim de garantir uma atuação sinérgica e resolutiva da rede regional de atenção às urgências e emergências.

GESTÃO E RECURSOS HUMANOS NA SAÚDE

Os problemas enfrentados na saúde são oriundos, basicamente, de duas fontes principais: insuficiência de recursos e má gestão dos recursos disponíveis, inclusive dos recursos humanos. Faltam recursos, mas a incompetência gerencial, direcionamento em contratos, contribuem para o caos na Saúde. Prova disso é que o Governo do Distrito Federal não tem conseguido aproveitar todos os recursos que o Governo Federal repassa para aplicar na saúde do DF. Além disso, é preciso entender os trabalhadores da saúde como aliados de um projeto de governo popular. Os servidores são aqueles que, de fato, prestam o serviço à população. Precisamos ter condições de

trabalho que lhes permitam atuar em favor do cidadão, em prol de um projeto democraticamente eleito e construído de forma participativa no cotidiano do governo.

Nesse tema, são três grandes áreas de ações.

Ações:

a) TRABALHADORES DA SAÚDE

- Fortalecer e humanizar as práticas de gestão do trabalho, inclusive valorizando os servidores de carreira nas indicações para cargos comissionados (radicalizar a redução dos cargos comissionados).
- Criar programa de saúde do trabalhador “Cuidando de quem cuida”.
- Criar novos cargos na carreira de especialista em saúde, como sanitarista e educador físico.
- Fortalecer a integração ensino-serviço, por meio da qualificação, especialização e pesquisa em saúde.
- Desburocratizar os processos de trabalho e de gestão das Unidades de Saúde do DF.

b) MODELO DE GESTÃO

- Garantir transparência e publicidade aos processos relacionados à gestão do SUS no DF.
- Rever os contratos de serviços de apoio – limpeza, conservação, alimentação, lavanderia, vigilância predial, entre outros – e de locação predial.
- Aprimorar os processos de controle e avaliação dos contratos de serviços de apoio e locação predial.
- Descentralizar para as Regiões de Saúde a logística de armazenamento e distribuição de insumos e medicamentos e gestão de estoque em toda a cadeia de suprimento.
- Captar recursos de investimentos para ampliação e modernização da tecnologia da informação em saúde.
- Promover a escolha de gerentes e diretores das unidades de saúde por meio de lista tríplice.
- Criar salas de monitoramento e avaliação em tempo real da situação de saúde das regiões administrativas do DF.
- Fomentar a participação social na gestão, criando espaços de co-gestão em cada região administrativa.
- Criar o fórum de negociação permanente entre o DF e os municípios da RIDE, estabelecendo uma cooperação interfederativa.

c) ESCS-FEPECS

- Reafirmar o projeto político pedagógico da instituição.
- Criar a carreira de docente-assistencial própria

II. EDUCAÇÃO

A Educação será uma prioridade no governo de Fátima Sousa e Keka Bagno. Os professores, os pais e os alunos terão prazer e orgulho da Educação Pública do Distrito Federal. Defendemos um projeto que valorize a cidadania, a democracia, a autonomia, a qualidade, a cultura, o reconhecimento do trabalho dos professores e demais trabalhadores em educação, enfim, o Bem-Viver!

Infelizmente, acelera-se um processo de precarização da Educação Pública de nossa Cidade. As nossas escolas estão doentes. Respiram o medo, a burocratização, a violência, a opressão, a fome, a desigualdade. Estão de portas, muros e grades fechadas para a nossa população. No âmbito federal, também são sombrias as propostas para a educação. A mudança da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio e a contra-reforma proposta pelo Governo Temer e aprovada no Congresso preconiza uma lógica academicista, se distanciando ainda mais do cotidiano do estudante e precarizando o ensino.

Além disto, o fantasma do projeto Escola sem Partido ronda nossas escolas, e ataca diretamente a democracia e a autonomia dos professores e dos estudantes na sala de aula. Nesse sentido, apresentamos um conjunto de metas que visam mudar radicalmente este processo da educação em Brasília, que passará a ser referência para todo o país. Com essas metas, transformaremos os nossos espaços do aprender em Escolas do Bem Viver.

De forma geral, destaca-se como prioridade na educação do Distrito Federal, se comparados aos indicadores nacionais: a ampliação da oferta de Educação Infantil, principalmente para as crianças de 0 a 3 anos, mas também para 4 a 6; a ampliação do número de escolas de período integral, a qualificação do ensino público na educação básica; e a implantação de bibliotecas, quadras de esporte, laboratórios de ciências e ampliação da acessibilidade nas dependências e nos banheiros para portadores de deficiência.

Para enfrentar esses desafios, organizamos as ações nas seguintes linhas: Universalização da Educação Infantil; Melhoria da qualidade do ensino; Escola aberta para a Comunidade; Fortalecimento da Democracia na Escola; Escola Saudável; Garantia de Ensino para todos que necessitam; Ampliação de vagas no Ensino Superior

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Será garantida a universalização da Educação Infantil para as crianças de 0 a 3 anos e 4 a 6 anos, possibilitando melhores condições para os pais poderem desenvolver suas atividades profissionais e/ou pessoais, garantindo um serviço de qualidade para as crianças.

Ações:

1. Aumentar gradativamente a oferta de vagas na Educação Infantil para garantir o atendimento universal das crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, com a prioridade de garantir uma educação e um serviço de qualidade para as crianças.
2. Estabelecer parcerias com cooperativas de pais e/ou de professores para a educação infantil.
3. Ampliar o atendimento em período integral nas creches e jardins de infância.
4. Priorizar a ampliação dos serviços e construir/installar creches e jardins de infância públicos em locais estratégicos pela carência no fornecimento do serviço.

MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

Para qualificar o ensino em sala de aula, será promovido um novo método de ensino e valorização do trabalho dos servidores. A energia, a curiosidade e a criatividade de todas as crianças e adolescentes serão aproveitadas em benefício delas. Portanto, o maior desafio dos professores é traduzir o conhecimento em ações que promovam o aprendizado e propiciem, ao mesmo tempo, experiências de vida que os ajudem no seu futuro. A principal mudança metodológica será valorizar o professor como um pesquisador e a aprendizagem a partir da experimentação e da realidade da comunidade. Esta mudança será amplamente debatida entre a comunidade escolar (servidores, pais e alunos) em um processo de Congresso Distrital da Educação.

O trabalho do professor será valorizado, motivando-o a encontrar na pesquisa o princípio pedagógico para o seu desenvolvimento. O professor é um pesquisador nato, ao qual lhe é negado essa possibilidade, como se ele não fizesse pesquisa ao longo do seu trabalho em sala de aula. Todos os relatórios produzidos pelos professores serão transformados numa rica fonte de pesquisa. Será estimulada a troca de experiência desses processos entre os professores da mesma escola ou de várias escolas, estimulando o ambiente de pesquisa. Serão criados incentivos para dar maior motivação e a troca de experiências, como a criação de seminários e jornadas pedagógicas para debate e apresentação de trabalhos, a oferta de bolsas de estudo para elaboração de trabalhos, de viagens para participação de congressos estaduais, regionais ou nacionais, sempre para apresentação de trabalhos.

A valorização do professor pesquisador estimulará a realização de cursos de formação continuada, de pós-graduação, mestrados profissionais, mestrados acadêmicos e doutorados, ligados ao trabalho de sala de aula. Neste sentido, será necessário um trabalho de recuperação do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), para que junto com a pedagogia da Secretaria de Educação, a pesquisa seja resgatada como princípio para a formação continuada e o aperfeiçoamento dos profissionais da educação. A formação continuada

promovida pela EAPE estará conectada com metodologias diferenciadas utilizadas na rede (ciclos de desenvolvimento, ensino baseado em projetos ou outra forma alternativa).

Ações:

1. Restruturação do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), visando introduzir a pesquisa como princípio pedagógico para o desenvolvimento profissional.
2. Introduzir a EAD na formação continuada e no aperfeiçoamento dos profissionais da educação, incluídos mestrado, mestrado profissional e doutorado.
3. Aumentar o número de vagas para afastamento para cursos de pós-graduação (mestrado, mestrado profissional e doutorado).
4. Eliminar ou diminuir sensivelmente o prazo de exercício profissional na rede para concorrer a vaga de afastamento para pós.
5. Dar atribuições à EAPE para estabelecer e discutir os cursos de aperfeiçoamento para os servidores.
6. Estimular o trabalho experimental na sala de aula, transformando o professor em um educador pesquisador;
7. Ampliar gradativamente a jornada escolar para: i) universalizar o mínimo de cinco horas desde a pré-escola até os anos finais do ensino fundamental (a grande maioria dos estudantes já tem essa jornada) e ii) ampliar a jornada para sete horas, em especial para as últimas séries do ensino fundamental e do ensino médio deveriam ter todos uma ampliação para sete horas, incluindo a possibilidade de opções de áreas de estudo diferentes aos estudantes;
8. Realizar um debate com a comunidade escolar para a utilização de ciclos de desenvolvimento
9. Liderar um movimento, em nível nacional, para revogar a Lei do Ensino Médio.
10. Integrar o ensino médio a educação profissional é uma forma de atrair os alunos que abandonaram a escola. Neste sentido, as escolas de educação profissional do DF irão oferecer cursos integrados ao ensino médio, aproveitando os saberes adquiridos por esses alunos, após o abandono escolar. Também será qualificado e valorizado os cursos noturnos, criando alternativas de projetos adaptados para a realidade dos alunos deste período, com destaque para ampliação dos cursos profissionalizantes no período noturno.
11. Qualificar e valorizar os cursos noturnos, criando alternativas de projetos adaptados para a realidade dos alunos deste período, com destaque para ampliação dos cursos profissionalizantes no período noturno.

12. Ampliar as vagas para a Educação de Jovens e Adultos, incentivar a educação popular para a formação da população adulta.
13. Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes.
14. Ampliar a quantidade de escolas com bibliotecas, quadras de esporte e laboratórios de ciências;
15. Ampliar o acesso a internet nas salas de aula e laboratórios.
16. Estimular o protagonismo dos estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio na utilização e produção de tecnologia e conteúdo audiovisual, para dar visibilidade à produção dos estudantes nessa área, sempre com a mediação do professor, fazendo com que a escola se aproprie das novas mídias digitais, não apenas como instrumento pedagógico, mas também como área de conhecimento.
17. Valorização dos profissionais da educação: qualificar o plano de carreira dos servidores de forma a incentivar o processo de educação continuada e formal (pós-graduação) e o incentivo ao professor pesquisador;
18. Redução Gradativa da Carga Horária em sala de aula do Professor para 60%, possibilitando ao professor mais tempo para estudar e para preparar as aulas a serem dadas.
19. Redução Gradativa do número de alunos para 30 alunos por sala.

ESCOLA ABERTA PARA A COMUNIDADE

Abrir a Escola durante o final de semana para realização de atividades para comunidade: atividades culturais, educativas, artísticas, cursos de língua, cursinhos populares, serviços voluntários e comunitários, atividades de economia solidária e criativa e projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos, em parceria com entidades como Centro de Educação Paulo Freire, dentre outras.

Ações:

1. Estabelecer pacto intersetorial com as demais áreas de governo para não sobrecarregar a área de educação.
2. Construir o projeto de ações na Escola com a participação do Conselho Escolar e outros representantes da comunidade.
3. Abrir as bibliotecas escolares para a Comunidade. Para isto será necessário repensar o ambiente escolar para que a Biblioteca seja acessível. Também será necessária a contratação de bibliotecários e ampliação do acervo bibliográfico. Rever a portaria da Secretaria de Educação que permite a lotação nas bibliotecas apenas dos professores

readaptados, considerando a biblioteca e leitura como um espaço de docência, também aberto a outros profissionais com perfil, qualificação e motivação para atuar nesse espaço.

FORTALECER A DEMOCRACIA NA ESCOLA

Ações:

1. Adequação da lei democrática das escolas para incluir a eleição do Conselho Escolar coincidindo com a de diretor. O Conselho, formado por estudantes, professores, pais de alunos e servidores terá atribuições próprias a serem definidas em regulamentação específica. A lei trará também uma nova composição do Conselho Distrital de Educação e a forma de escolha dos membros. Com a implementação do Referendo Revogatório para revisão do cargo de Diretor ou de representação no Conselho.
2. Estimular a criação de Grêmios Estudantis em todas escolas.
3. Promover um processo de atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos com ampla participação da Comunidade Escolar.
4. Campanha permanente pelos Direitos Humanos e contra o racismo, a lgbtifobia, o machismo, a violência, o bullying e a intolerância no espaço escolar.
5. Ampliar os espaços de participação da Comunidade no cotidiano escolar, principalmente e nos momentos de tomada de decisão.

ESCOLA SAUDÁVEL

Ações:

1. Reforma do espaço escolar para transformá-lo em um ambiente saudável com: o plantio de hortas, alteração da sua estética valorizando a qualidade de vida, renovação e a reforma de seus equipamentos.
2. Garantia de Alimentação Escolar em quantidade e qualidade, com a ampliação gradativa da aquisição de produtos da agricultura familiar e urbana para pelo menos 50% do total, atendendo os 30% exigidos por lei e ampliando até alcançar pelo menos 50%. Nenhuma criança passará fome novamente nas nossas Escolas.
3. Cuidado permanente com relação a saúde mental e a possíveis casos de suicídio
4. Fortalecimento do Programa Saúde nas Escolas, com o objetivo de se transformar em uma ferramenta de prevenção e saúde da comunidade escolar.

GARANTIA DE ENSINO PARA TODOS QUE NECESSITAM

Ações:

1. Aumento gradativo da oferta de ensino para garantir a inserção de todas as crianças, jovens e adultos que necessitem de vagas no ensino infantil, fundamental e médio.
2. Construção de novas escolas para suprir vazios existentes devido a novos fluxos populacionais nas cidades do DF e para desafogar escolas que vivem com superlotação.
3. Precisamos incluir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (art. 4º, §III, da LDB).
4. Ampliação da acessibilidade nas dependências e nos banheiros para portadores de deficiência.
5. Fortalecer os espaços educacionais para moradores em situação de rua.

AMPLIAÇÃO DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR

Ações:

1. Criar a Universidade Distrital de Gestão Pública.

III. S E G U R A N Ç A

Segurança Pública é conjugação de repressão qualificada e prevenção social e situacional

INTELIGÊNCIA, CONHECIMENTO E PLANEJAMENTO PÚBLICO PARTICIPATIVO EM SEGURANÇA

Toda política pública eficaz e transformadora em segurança exige **inteligência**. Inteligência é **conhecimento, pesquisa, excelência na informação e na comunicação**. É fundamental a identificação dos lugares de maior concentração de eventos criminais e conflitos cotidianos, para planejamento das ações com foco no território, para distribuição do efetivo policial, para alocação de postos policiais e delegacias, monitoramento por meio de vigilância eletrônica. Planejar é **definir metas, dispor recursos e estabelecer prioridades**. Numa palavra, é **responsabilidade e compromisso e transparência na divulgação e avaliação dos resultados**. Conhecer o problema é **saber ouvir a população**, criar e incentivar os canais de comunicação direta com os cidadãos e as cidadãs. Nós, do PSOL, vamos fazer **Planejamento Público**

Participativo em Segurança, trabalhar para a aproximação das polícias com a comunidade, manter o diálogo com as instituições e profissionais de segurança e com os movimentos e organizações sociais, conselhos, sindicatos e outros órgãos ou associações representativos da sociedade e dos poderes públicos. Nossa atenção imediata é o **quotidiano dos habitantes do Distrito Federal**. O direito de ir e vir de todas as pessoas, sem medo e sem violência, o que chamamos de **bem-viver** na cidade. **Para construir o bem-viver na cidade não basta reprimir, é preciso prevenir**. Repressão qualificada e orientada pela inteligência é política de curto prazo, mas a prevenção é política de longo prazo e não pode ser feita sem **gestão coordenada com as políticas sociais**.

- Prevenção como política de segurança

O sucesso sustentável da política de segurança pública é a conjugação da repressão qualificada com a prevenção social e situacional. Se repressão qualificada é muito mais que simples atuação policial ostensiva, prevenção exige programas sociais em escala cada vez maior e de grande impacto, com foco nos diferentes territórios da cidade, em atenção às vulnerabilidades sociais, aos fatores de risco e à especificidade dos conflitos locais. No âmbito da **prevenção situacional**, estão as **ações de cuidado e melhoria do ambiente urbano**. Iluminação, calçamento, vistoria, conservação e manutenção de equipamentos urbanos, poda de árvores, além de programas voltados ao controle de fatores de risco, como uso abusivo de álcool e outras drogas e circulação de armas de fogo. Vamos **retomar as campanhas de entrega voluntária de armas de fogo e trabalhar, com inteligência policial, para controle da circulação e redução de estoques de armas de fogo e munições**. Prevenção situacional com foco no território demanda ainda a **instalação de creches**, como medida de prevenção à vitimização sexual na infância, e **policimento nas proximidades das escolas**.

No campo da **prevenção social**, segurança é **geração de emprego e renda, redução dos índices de evasão escolar e acesso aos serviços públicos essenciais**. É fundamental a criação e o incentivo de **programas voltados à população de maior vulnerabilidade social**, a pessoas ou grupos **com maior risco de serem vítimas ou protagonistas de situação de violência e crime** e a **pessoas ou grupos que já tenham algum tipo de envolvimento com o cenário de violência**, seja **na condição de autor ou de vítima**. Todas essas medidas exigem coordenação entre segurança pública e as áreas de intervenção social, para criação **de rede de proteção social**, pela articulação de atividades educacionais e de qualificação profissional, investimento de recursos para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, transporte de qualidade para os estudantes, criação de espaços atraentes de cultura, esporte e lazer. Prevenção também é articulação com o poder judiciário e o ministério público, para criação de mecanismos de mediação e resolução pacífica de conflitos, evitando-se a prisão provisória, a superlotação carcerária e a prisionização. Desenvolver iniciativas para evitar a reincidência e a repetição da

vitimização, pela reinserção social ou pela oferta de tratamento médico, quando pertinente, é ação de especial importância para a eficácia da prevenção.

Ações:

- Coordenação entre as áreas de segurança e as políticas sociais para criação da rede de proteção social
- Forte ênfase na Inteligência
- Planejamento participativo em segurança pública
- Retomar as campanhas de entrega voluntária de armas de fogo
- Reforçar policiamento nas proximidades das escolas
- Criação de mecanismos de mediação e resolução pacífica de conflitos
- Desenvolver iniciativas para evitar a reincidência e a repetição da vitimização, pela reinserção social ou pela oferta de tratamento médico, quando pertinente.
- Instituição de programas voltados ao controle de fatores de risco, como uso abusivo de álcool e outras drogas
- Ações de prevenção voltadas à melhoria do ambiente urbano – iluminação, Limpeza, Poda de árvores,

ATENÇÃO À POPULAÇÃO JOVEM DO SEXO MASCULINO, SEJA COMO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, SEJA COM ENVOLVIMENTO OU MAIOR RISCO DE ENVOLVIMENTO EM GANGUES E ATIVIDADES CRIMINOSAS

Justifica-se a atenção especial para evitar a vitimização de jovens e o trabalho focado em jovens já envolvidos, ou com maior risco de envolvimento em atividades criminosas e gangues, como também egressos do sistema prisional e socioeducativo. Aqui também o foco no território. As particularidades locais não podem ser ignoradas. É grande a vitimização de jovens no DF, sobretudo os jovens do sexo masculino, negros e pobres, com idade entre 15 e 29 anos. Juntamente com a escola, com as famílias, a população local e os movimentos negros e de juventude, vamos planejar e executar ações para enfrentar o problema do racismo institucional.

Ações:

- Instituição de um programa para enfrentar o racismo institucional

PREVENÇÃO E CONTROLE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A POPULAÇÃO LGBT

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, referentes ao ano de 2017, a violência doméstica contra a mulher aumentou significativamente no Distrito Federal. São os maiores índices nos últimos 8 anos. A violência sexual também apresentou crescimento, de acordo com a Codeplan, que apontou, em 2017, a ocorrência de 887 estupros no Distrito Federal. Mulheres transexuais sofrem a brutalidade das mutilações. Além disso, só no primeiro semestre de 2018, foram registrados, aproximadamente, 10 casos de feminicídio na Capital. Esse tipo de violência atinge ainda mais as mulheres negras, adolescentes e jovens. As políticas de controle da violência contra as mulheres devem, portanto, pautar as interseccionalidades de raça/cor, classe e faixa etária. Os casos têm maior recorrência em Ceilândia, Planaltina, Samambaia e Taguatinga. Há necessidade de criação, nas proximidades, de casas abrigo para mulheres agredidas. Além disso, postos de atendimento da Segurança Pública, como as delegacias, devem ser reformulados para atendimento às mulheres nos contextos de violência, evitando-se a revitimização. Nesse particular, são fundamentais a formação de equipes qualificadas e a garantia de espaços acolhedores. Também aqui se faz indispensável a integração com a saúde e a educação, para que incremento da notificação dos casos, com a identificação de problemas que possam ser enfrentados com políticas sociais e técnicas de mediação.

Ações:

- Criação de Casas Abrigo para mulheres vítimas de violência
- Capacitação e reformulação de postos de atendimento para evitar a revitimização da mulher.
- Integração com políticas de saúde e educação para identificação e enfrentamento da violência contra mulher, crianças e população LGBT.

REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS, ROUBOS E OUTROS CRIMES VIOLENTOS

A principal meta do nosso plano de segurança pública é a redução de homicídios e outros crimes praticados com violência. Participação, gestão integrada com as políticas sociais, o “bem-viver”, planificação, inteligência, valorização, capacitação profissional e prestação de contas, a “transparência”, serão nossos conceitos orientadores. As polícias civis e militares terão suas demandas vinculadas ao cumprimento de metas e à prestação de contas sobre as prioridades definidas no planejamento participativo, mas, desde já, anuncia-se prioridade para a **redução de homicídios e outros crimes praticados com violência**. A Secretaria de Segurança será responsável pela coleta, organização e análise dos dados criminais e coordenará o planejamento das ações de segurança pública do Distrito Federal, também em coordenação com os governos e

secretarias dos estados vizinhos, como Goiás e Minas Gerais, procurando atender problemas de insegurança relacionados à Área Metropolitana de Brasília, também conhecida como “entorno”, onde crimes graves como o homicídio têm baixíssima elucidação. As ações de inteligência irão subsidiar as operações relacionadas aos crimes de roubo e tráfico de drogas e ao controle da circulação de armas no território.

Ações:

- Implantar o planejamento participativo da segurança pública.
- Garantir o direito à diversidade dentro das instituições policiais, adotando medidas concretas para enfrentamento do racismo, à homofobia, à discriminação de gênero e ao assédio sexual e moral;
- Assegurar a participação das instituições e dos profissionais de segurança na formulação de políticas públicas pertinentes à sua área de atuação;
- Garantir a disponibilização e a reposição periódica de equipamentos de proteção individual adequados, suficientes e que respeitem as diferenças de gênero e compleição física;
- Implantar programas de prevenção ao suicídio e garantir o acesso dos profissionais de segurança ao atendimento independente e especializado em saúde mental;
- Disponibilizar programas de formação continuada desenvolvidos em parcerias com universidades públicas.

CUIDADO, VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Em relação aos profissionais da segurança pública, o governo do PSOL atuará para promover sua condição de sujeitos de direitos humanos. A Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 02/2010 será o norte da construção de uma política de valorização profissional que terá as seguintes linhas de ação:

Ações:

- Garantir o direito à diversidade dentro das instituições policiais, adotando medidas concretas para enfrentamento do racismo, à homofobia, à discriminação de gênero e ao assédio sexual e moral;
- Assegurar a participação das instituições e dos profissionais de segurança na formulação de políticas públicas pertinentes à sua área de atuação;

- Garantir a disponibilização e a reposição periódica de equipamentos de proteção individual adequados, suficientes e que respeitem as diferenças de gênero e compleição física;
- Implantar programas de prevenção ao suicídio e garantir o acesso dos profissionais de segurança ao atendimento independente e especializado em saúde mental;
- Disponibilizar programas de formação continuada desenvolvidos em parcerias com universidades públicas.

REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA PENITENCIÁRIA

Para que possa haver foco específico e metodologia diferenciada da repressão, é necessário modificar o lugar da gestão. A SESIPE será deslocada para a Secretaria de Justiça, como já ocorreu em 2014. Contudo, é necessário fazer minucioso planejamento administrativo e organizacional, para evitar problemas ocorridos na primeira experiência nos fluxos de abastecimento, na sub-rogação de contratos, com dificuldades de contratação de novos serviços. De toda forma, como a administração do sistema prisional impacta na segurança e na vida das pessoas de uma forma mais ampla, alguns pontos resumem o trabalho que deverá ser feito nesta área:

Ações:

- Implantação de modelo de gestão prisional baseado no trabalho e na educação;
- Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais;
- Implantação de programa voltado à pessoa egressa e reestruturação da FUNAP;
- Adoção de políticas adequadas para mulheres, como a transferência das mulheres em regime semiaberto da Colmeia para outro lugar, por ser muito distante, por colocar as mulheres em situação de vulnerabilidade no retorno das atividades diuturnas à penitenciária e ainda porque não é de fato aplicado o regime semiaberto, já que as práticas de controle seguem sendo as de regime fechado;
- Programa intensivo de capacitação continuada para os servidores penais, com a implantação da Escola Penitenciária, com calendário regular de atividades, plano pedagógico e corpo de profissionais próprios;
- Implantação de círculos restaurativos nas prisões;
- Instalação de espaço de espera providos de condições que atentem à dignidade dos visitantes das pessoas presas;
- Implantação de sistema de videomonitoramento nos estabelecimentos prisionais;
- Defesa do redirecionamento de recursos do FUPEN para as finalidades deste programa;

- Composição de equipes interdisciplinares para implantação dos programas na Central de Alternativas Penais, na Central de Monitoração Eletrônica, na FUNAP e nos estabelecimentos prisionais.

EIXO II - CUIDAR DAS PESSOAS

A política do PSOL e das pré-candidatas Fátima Sousa e Keka Bagno ao governo do DF apostam em um programa de governo que atenda a demanda da população, com garantia aos seus direitos e respeito às diversidades. Dentre as iniciativas deste plano de governo, destaca-se o Eixo intitulado **Cuidar das Pessoas**, que apresenta uma série de propostas voltadas para a garantia de políticas públicas e sociais que atendam todas as pessoas com equidade.

Sabe-se que o Distrito Federal, apesar de ser uma das cidades brasileiras com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também registra um dos maiores índices de desigualdade econômica e social no país, apresentando diferenças significativas no acesso a determinados bens e serviços entre as pessoas que aqui residem. As desigualdades de gênero, étnico/raciais, a intolerância religiosa e sexual, o desemprego, ausência de moradia, a falta de acesso ao direito à educação, à infância, ao envelhecimento saudável e à saúde, as inacessibilidades às pessoas com deficiência, a precarização da assistência social, são fatores que atingem diretamente a qualidade de vida de todas e todos que residem no DF.

É nesse sentido que o Eixo **Cuidar das Pessoas** é construído com o objetivo de propor a redução das desigualdades sociais e as iniquidades existentes de forma a garantir que a população do DF tenha a oportunidade de se tornar uma população com expectativas de vidas saudáveis, ou seja, com garantia ao bem-estar físico, mental e social.

O PSOL é um partido socialista e compreende a importância da classe trabalhadora que é formada pelos mais diversos segmentos sociais. No entendimento que neste período de crise econômica e ajustes fiscais, os direitos sociais das mulheres, jovens, das pessoas que moram nas periferias, negros e negras, são os principais a serem atingidos. A Emenda 95 do Governo de Temer que reduz gastos para as políticas públicas é a concretude das violações às existências em um estado de direito democrático e que tem impactos significativos nos estados que são governados pelos seus aliados, como é o caso do Rollemberg.

Assim, é fundamental um programa de governo que enfrente o racismo, as lgbtfobias, a misoginia, as desigualdades de classe e tenha como eixo transversal a defesa dos direitos de todas e todos, como se coloca o PSOL em todas as esferas políticas. Desta forma, avançar na formulação, implementação e execução das ações afirmativas enquanto políticas públicas no Distrito Federal é garantir minimamente os direitos fundamentais a todos e todas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: Implementação do SUAS JÁ!

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, em 2017, a renda das famílias da classe A era 22 vezes maior comparada à renda das famílias das classes D/E. Enquanto os 10% mais ricos possuíam 43,4% da riqueza do país, os 10% mais pobres da população detinham apenas 0,8%. E o 1% mais rico do país ganha 36 vezes mais do que a metade mais pobre da população brasileira.

No Distrito Federal a realidade das desigualdades sociais não é diferente. Se no Brasil a desigualdade de renda, medida pelo Índice Gini, se manteve estável entre 2016 e 2017, no Distrito Federal ela cresceu, passando de 0,583 para 0,602. A cidade de Brasília registra um dos maiores índices de desigualdade econômica e social do Brasil. É o que

mostra o Mapa das Desigualdades, pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), pelo Movimento Nossa Brasília e pela ONG Oxfam Brasil. A partir de um medidor “desigualtômetro”, o mapa mostra diferenças significativas no acesso a determinados bens e serviços entre os moradores da região central e de outras áreas no Distrito Federal.

De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), ao final do ano de 2017, cerca de 300 mil pessoas estavam desempregadas no DF. A taxa total elevou-se de 17,8% para 19,3% entre 2016 e 2017. Em 2016, a média foi de 277 mil desempregados/as.

Estes dados, paralela a precarização das políticas públicas do Distrito Federal, sobretudo a Assistência Social, intensificam as desigualdades nos territórios. Os serviços de atendimento estão sucateados, não há CRAS, CREAS e COSES em todas as Regiões Administrativas, há ausência de concurso público para especialistas da assistência, os albergues estão superlotados, os dois Centros POP não dão conta da demanda de população em situação de rua, os acolhimentos para crianças e adolescentes na mesma situação. A atenção básica média e de alta complexidade estão em situação de abandono pelos últimos governos do Distrito Federal e contribuem para a crescente disparidade entre as classes sociais.

Ações:

1. Concurso Público imediato para os cargos de especialistas em assistência social e educadores/as de rua;
2. Fortalecimento dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) por meio dos concursos públicos e mapeamento para verificação de novas implantações com os referidos órgãos que abarque todas as regiões e dê vazão às demandas reprimidas;
3. Ampliação e implementação dos Centros de Orientação Socioeducativos (COSE) nas Regiões Administrativas de acordo com as demandas da infância e adolescência no território;
4. Criação de Centro POP (referência em atendimento às populações em situação de rua) na região norte do DF que atenda Planaltina, Sobradinho, Paranoá, Itapoã e demais regiões;
5. Efetivação das políticas e fluxo de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, da mesma forma dos serviços de acolhimento para adultos que visem a promoção, proteção e emancipação;
6. Promover a acessibilidade dos centros de referências para as pessoas com deficiências e idosas;
7. Fortalecimento e implementação de CREAS da Diversidade de acordo com as demandas dos territórios;
8. Implementação de políticas de comunicação sobre os direitos à assistência social;
9. Intersetorialidade e integralidade entre as políticas de educação, saúde, mobilidade e segurança pública.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Garantia da proteção Integral!

As análises das relações de poder e das condições históricas são um desafio para compreender qual o papel da criança e do adolescente na sociedade. Trata-se de um segmento em pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

As relações de poder são desafios que se apresentam a todo instante para entender as crianças e adolescentes na sociedade enquanto sujeitos de direitos. A importância disso está na urgência de se reverter a subalternidade histórica constituída sobre esse segmento social na cena política, buscando inserir, no bojo das discussões de direitos humanos e políticas públicas em geral, as reivindicações específicas da condição de sujeitos em desenvolvimento (Lei 9.068/90, ECA).

Diante disso, a problematização para um programa de governo recai no fato de que se não abarcar a criança e o adolescente em sua totalidade, como sujeitos de direitos, constituídos de historicidade, desejos e protagonistas de suas vidas, torna-se inviável a eficácia da intervenção de políticas públicas mesmo quando requisitadas pelos Conselhos Tutelares, principal órgão de proteção do estado, de direitos de Crianças e Adolescentes. Pois, é imprescindível novas práticas políticas formuladas e desenvolvidas, a partir dos interesses desse segmento social, implementando ações afirmativas em seu favor e operacionalizando uma rede de cuidados básicos, que traga ações e resultados na vida daqueles que estarão diretamente envolvidos.

Pensar o atendimento da criança e do adolescente à luz das políticas públicas no Distrito Federal exige que as práticas profissionais devam ser capazes de acionar novas estratégias de atuação e reformulação no âmbito das políticas de prevenção, promoção e proteção de direitos e para isso é necessário um programa de governo que possibilite condições dignas de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras que atuam diretamente na rede de proteção.

Ações:

1. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares por meio de processos seletivos que visem a LEI 5.294/2014, formação continuada e participação no (Conselho de Direitos de Crianças e Adolescentes (CDCA));
2. Políticas preventivas de educação, esporte, cultura e lazer que visem o enfrentamento ao encarceramento na adolescência;
3. Ampliação dos programas de primeiro emprego nos territórios com a superação das condicionalidades de faixa etária-série, com critérios de renda e programas sociais familiares;
4. Concurso público para a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude visando a abordagem de rua de crianças e adolescentes, especialistas e Atendente de Reintegração Socioeducativo (ATRS) para o socioeducativo e ao enfrentamento às violências sexuais;
5. Propiciar a viabilidade do Centro Integrado 18 de Maio como uma política de estado e não de governo, tendo em vista que o centro atende crianças e

- adolescentes vítimas de violências sexuais e após sua instauração faz parte do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes como política pública;
6. Fortalecer a intersetorialidade entre a Secretaria de Educação e a Secretaria para superação da demanda reprimida de creches e jardins de infância, bem como os critérios de acesso à política da educação na primeira infância;
 7. Concurso público para a Saúde na área de saúde mental, visando o fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS I) bem como o Adolescente;
 8. Garantir a implementação do Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Institucional;
 9. Propiciar programas de acolhimento institucional com caráter de famílias acolhedoras que supere os modelos vigentes;

ENFRENTAMENTO AOS RACISMOS POR IGUALDADE RACIAL: Essa Luta é de Todos/as Nós!

No Distrito Federal, assim como no restante do país, as populações negra e indígenas foram historicamente marginalizadas e são as principais vítimas das crises econômicas e políticas. A condição de subalternidade dessas populações se atualiza nas violências urbanas que atingem os jovens negros, nas violências obstétricas, sexuais e domésticas às mulheres negras, nos trabalhos precarizados e informais, no genocídio das populações indígenas e na sua exclusão dos espaços de poder, na ausência e eficácia de políticas de atendimento a essas populações, entre outras opressões.

Para entender a identidade dos povos negros e indígenas na formação social brasileira é imprescindível salientar a violência sexual praticada pelos homens brancos europeus sobre as mulheres negras e indígenas – sobretudo crianças e adolescentes, o chamado estupro colonial, no período de colonização no Brasil. Infelizmente as violações de direitos humanos desses segmentos sociais são presentes na atualidade e é urgente formular e executar políticas públicas que abarquem as populações em suas diversidades sociais e étnico-raciais.

Desta forma, avançar na formulação, implementação e execução das ações afirmativas enquanto políticas públicas na capital, para garantir minimamente os direitos fundamentais, mesmo que essas ainda permeiam nos campos da seletividade e da condicionalidade.

Ações:

1. Criar comitê de promoção ao enfrentamento aos racismos por igualdade racial nas regiões administrativas; com vistas a ser um articulador de ações entre as entidades governamentais e não governamentais;
2. Fomentar a formação continuada, capacitação de servidores públicos com vistas ao adequado e eficiente atendimento às legislações vigentes (Estatuto da Igualdade Racial e Lei n, 10.639/2003, que prevê a obrigatoriedade do ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira" em todos os níveis de ensino fundamental e médio;

3. Garantir formação e atendimento qualitativo nas políticas públicas ao atendimento às mulheres negras e indígenas
4. Viabilizar cotas raciais nos concursos públicos;
5. Propiciar política de enfrentamento ao extermínio e o encarceramento da juventude negra;
6. Criar programas interseccionais de enfrentamento às violências contra as mulheres negras de acordo com a Lei Maria da Penha, baseados no Atlas da Violência 2017-2018 e Mapa da Violência 2016 (FLACSO).

REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES: Igualdade de Gênero!

O Brasil é o quinto país no mundo que mais contabiliza assassinato de mulheres. Os crimes de feminicídio crescem nas regiões brasileiras e na capital federal. De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2017 quadruplicaram os casos de feminicídio no Distrito Federal em 2016.

Nos nove primeiros meses de 2017, o DF registrou 10.810 casos de violência doméstica, 14 de feminicídio e 646 estupros. A média mensal no período é de 1.274 ataques contra mulheres, ou seja, a cada dia, 42 são alvos de violências cometidas por homens. No primeiro trimestre de 2018, oito mulheres foram vítimas de feminicídio no Distrito Federal. Sabe-se que os dados oficiais não são os que correspondem às realidades tendo em vista que existem poucos mecanismos eficazes de acesso às mulheres nas regiões do DF.

As revitimizações nos locais de atendimento às vítimas, o sentimento de culpabilização, o medo, a falta de segurança no estado e na família, a renda financeira e tantas outras situações acometem as mulheres a não denunciarem ou a procurarem serviços de fortalecimento para que saiam das violências que se dão principalmente em âmbito doméstico.

Os dados de violências crescem em todas as faixas etárias nas vidas das mulheres, são meninas as principais vítimas de violências sexuais. São as negras e pobres as principais vítimas das violências e sem acesso aos serviços de proteção.

Garantir serviços de excelência no atendimento às vítimas de violências é um dos principais desafios para o programa de governo, entretanto políticas que combatam as violências também devem estar na centralidade.

É preciso que o estado atue na contribuição do empoderamento das mulheres tendo em vista a realidade desigual de gênero nas relações de trabalho, domésticas e de acesso aos serviços.

Ações:

1. Desenvolver ações que visem incentivos à permanência de mães discentes no ensino superior;
2. Implementar via Secretaria de Educação programas de combate às violências de gênero e diálogo permanente com a CLDF para o fim das Leis da “Mordaça”;
3. Formação contínua as equipes das políticas públicas sobre atendimento às vítimas de violências de gênero, principalmente no âmbito da saúde, educação e segurança pública;

4. Ampliação das casas abrigos para (todas) mulheres em situação de proteção vítimas de violências de acordo com a Lei Maria da Penha;
5. Parceria com o governo federal para efetiva implementação da Casa da Mulher Brasileira;
6. Promover campanhas de combate às violências de gênero nos transportes coletivos e estabelecimentos públicos e privados;
7. Políticas de profissionalização para as mulheres em cárcere e em processo de desligamento;
8. Efetivação de políticas que assegurem a convivência familiar entre as mulheres em cárcere e seus/filhos/as, de acordo com a legislação vigente;
9. Políticas de incentivo, público e privado, para as mulheres mães retornarem ao entrarem no mercado de trabalho formal.

LGBTQI+: Nossas Vidas Importam!

A promoção de direitos e o combate à discriminação contra LGBTQI+ devem ser compreendidos não sob o equivocado prisma da criação de novos direitos, mas sim sob a correta ótica da aplicação dos direitos humanos a todos, indiscriminadamente. A partir de princípios internacionais, Declaração de Viena (1993), segundo os quais os Direitos Humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados e dos princípios fundamentais sobre os quais todos os direitos humanos estão assentados: a igualdade de valores e a igualdade de dignidade de todos os seres humanos.

A LGBTIfobia deve ser entendida enquanto fenômeno social total, ou seja, ela vai incidir na vida das pessoas e na sociedade em seu aspecto cultural (uma vez que a heterossexualidade é imposta e obrigatória, provocando a negação das liberdades sexuais, causando um profundo tabu social quanto a esta temática, que muitas vezes é tratada como doença, crime ou pecado), seu aspecto político, jurídico e psicológico (tanto em relação a auto aceitação da sexualidade como o afetar-se por aquele que é diferente da sociedade, portanto, insultável). A LGBTIfobia não afeta apenas LGBTI, mas pessoas heterossexuais e cisgêneras em relação às sua sexualidade, a manifestações dos seus afetos, identidade de gênero e a internalização/enraizamento do preconceito.

É neste cenário que o Brasil se configura atualmente como o país, no mundo, em que mais ocorrem mortes de LGBTQI+ motivados pela questão da orientação sexual e identidade de gênero. A população LGBTQI+ ainda é obrigada a viver de forma clandestina a sua sexualidade e identidade de gênero, tendo seus direitos negados e passando por situações de violência, porque a cultura da sociedade em geral admite apenas uma única forma legítima e normal de vivenciar a sexualidade que é a heterossexual. Os atos homofóbicos/lesbofóbicos e transfóbicos têm resquícios de crueldade e violência refletindo a intolerância e em alguns casos atentando sobre o direito fundamental à vida.

“De janeiro a dezembro de 2011, foram denunciadas 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Tais números trazem algumas revelações importantes: a primeira diz respeito ao padrão de sobreposição de violências cometidas contra essa população. Os dados revelam uma média de 3,97 violações sofridas por cada uma das vítimas, o que parece indicar como a homofobia se faz presente no desejo de destruição (física, moral ou psicológica) não

apenas da pessoa específica das vítimas, mas também do que elas representam – ou seja, da existência de pessoas LGBT em geral”. (Relatório Homofobia no Brasil,2012)

No Distrito Federal, com base nos boletins de ocorrências da Polícia Civil entre 2015 e 2016, o relatório da Codeplan traçou o mapa das regiões onde foram registrados crimes contra a população LGBTI. Segundo o documento, das 408 ocorrências, 24,8% ocorreram no Plano Piloto, 13,7% em Ceilândia, 10% em Taguatinga e 8,3% em Samambaia.

Como ápice da violência LGBTIfóbica se configura o LGBTIcídio, tendo como uma de suas expressões o Lesbofemicídio, que intersecciona a violência LGBTIfóbica e a violência de gênero. Em 2014, foram registrados 16 assassinatos violentos de lésbicas. Em 2017, o número passou para 54 – um aumento de 150% de casos em quatro anos. Só nos dois primeiros meses de 2018, já foram registradas 26 mortes por lesbocídio. Por não haver dados oficiais, os crimes são coletados na mídia e nas redes sociais, o que acaba gerando subnotificação. Os números podem ser ainda maiores que os apresentados.

A violência é um reflexo da ausência ou falha de políticas públicas intersetoriais voltadas para a população LGBTQI+ que congregue os setores da educação, da saúde integral, da empregabilidade, do direito à cidade voltados para esse grupo populacional. A ausência de dados censitários oficiais sobre a população LGBTQI+ é um dos principais empecilhos para o planejamento e execução de políticas públicas para esse grupo populacional. Apesar de não haver contabilização individual sobre orientação sexual e identidade de gênero em pesquisas censitárias, segundo dados do PNAD (2014), havia no Distrito Federal 3.659 pessoas em relacionamento homoafetivo. São dados subnotificados devido ao estigma sobre esse grupo populacional. Desse modo, apresentam-se como plataforma as seguintes ações.

Ações:

1. Promover programas de capacitação permanente de agentes públicos(as) sobre orientação sexual e identidade de gênero para a promoção do enfrentamento à LGBTIfobia institucional;
2. Fortalecer o ambulatório Trans e descentralizar o serviço para regiões de saúde;
3. Realizar ampla campanha com foco no combate à LGBTIfobia;
4. Desenvolver linhas de ação na assistência social para apoio das pessoas expulsas de casa vítimas de LGBTIfobia;
5. Fortalecer e expandir a atuação do CREAS da Diversidade - considerando o pioneirismo do DF nesse tipo de serviço especializado;
6. Desenvolver programa de combate à LGBTIfobia nas escolas, garantindo o acesso igual à educação e tratamento igual dos e das estudantes, funcionários/as e professores/as no sistema educacional, sem discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero;
7. Consolidar pesquisas, sistema de informação e estudos desde uma perspectiva de orientação sexual e identidade de gênero nos trabalhos realizados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan;
8. Consolidar e fortalecer o Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBTQI+;

9. Implementar política, com perspectiva de gênero, para o enfrentamento ao estupro corretivo e ao lesbofemicídio e ao transfemicídio;
10. Promover espaços democráticos de construção e monitoramento das políticas LGBT, considerando a participação da sociedade civil organizada; fortalecendo e/ou construindo espaços internos de diálogos e ação conjunta entre os diferentes órgãos públicos responsáveis pela implementação das políticas.
11. Promover o reconhecimento, direito à memória e a visibilidade das expressões e da história da população LGBTQI+ como patrimônio da cultura material e imaterial do Distrito Federal.
12. Desenvolver nas unidades prisionais, políticas de reconhecimento da identidade de gênero e de segurança física das pessoas travestis e transexuais, com fins de garantir que a/o interna/o seja encaminhada/o para a unidade correspondente ao seu gênero, desde que requerido ou ainda quando esta/e se identifique em situação de risco, respeitando os moldes estabelecidos na portaria do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário e Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD/LGBT, portaria nº 01, de 12 de abril de 2014;

POPULAÇÃO DE RUA: Eu Existo!

Em 2019 completarão 10 anos do decreto 7.053 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. O DF foi a primeira Unidade Federativa a aderir à Política partir do Decreto no 32.986, de 13 de junho de 2011, que institui o Comitê Intersetorial para elaboração da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua no âmbito do Distrito Federal, do Decreto no 33.779, de 06 de julho de 2012, que institui a Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal e a assinatura da adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua, feita em abril de 2013.

Atualmente o DF conta com apenas dois Centros de Referência especializados para população de rua (Centro POP) o primeiro no plano piloto (Asa Sul) e o segundo em Taguatinga, sendo este o único a realizar oficinas e ações incentivando a participação da população de rua. Além disso, há três equipes de consultórios na rua, estão em Taguatinga, Ceilândia e Asa Sul. Cabe destacar que este é um número insuficiente de consultórios, haja visto que a abrangência territorial destes equipamentos é demasiado extensa para sua capacidade de atuação, como por exemplo, a área de abrangência do consultório de Taguatinga, que, em termos oficiais, compreende sua atuação até o Guará e redondezas, e ainda as impossibilidades físicas, vide o consultório da asa sul, que não possui maneiras de realizar atendimento em modalidade itinerante. Outros serviços e equipamentos como Albergues, Casas de Passagem, Instituições de longa Permanência, CRAS, CREAS, Serviço de Abordagem Social, CAPS e CAPS AD, também funcionam como espaços de cuidado dessa população.

Cabe atenção às normativas estaduais e municipais que podem contribuir para maior engajamento de gestores. Institucionalização em leis que reafirmam o disposto no decreto 7.053/09 e especificidades dos territórios, bem como também agrega o caráter obrigatório de atuação nas demandas da População em Situação de Rua.

Muitos especialistas na questão das pessoas em situação de rua e do direito à cidade, alguns gestores federais e também o próprio movimento nacional, nesse momento, se encontram, em termos de temática, convergindo para questão da habitação, como espaço de enfrentamento da questão.

Nesse sentido, justifica-se que ao possuir moradia, esse sujeito, por exemplo, se adentra à rede de assistência e saúde de maneira muito mais fácil, não havendo necessidade de serviços especializados, mas, sim de uma equipe que pudesse acompanhar esse sujeito na sua relação em estar habitado e com questões de busca de emprego, relações comunitárias, dentre outras questões sociais e psicológicas.

A tecnologia de barateamento na construção de habitação também é uma das ações utilizadas em alguns locais com espaço para isso. Ações como as do MTST, através dos mutirões de Bioconstrução, são exemplos dessa forma de abordagem da questão.

Assim, a formulação e execução de políticas perpassam as suas especificidades, pois se entende que a população de rua é de alta complexidade adentrando no âmbito da assistência social, saúde, habitação, educação, segurança pública e demais serviços públicos.

Ações:

1. Ampliar o número de Centro POP, principalmente para a região de Itapoã, Varjão, Paranoá, Sobradinho I-II e Planaltina;
2. Ampliação do número de consultório na rua com estruturas adequadas que atendam às necessidades da população em situação de rua;
3. Ampliação das equipes de redução de danos e de abordagem de rua com as organizações não governamentais que executam as políticas, paralela a responsabilidade da SEDESTMIDH em assumir os trabalhos de formulação e execução em abordagem de rua;
4. Propiciar a intersetorialidade entre saúde, assistência social, trabalho e segurança pública de forma a promover a emancipação das pessoas que se encontram em situação de rua;
5. Formação as equipes de segurança pública sobre populações em situação de rua;
6. Implementação de albergues para famílias e mulheres de acordo com as demandas e territórios.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Integração e Inclusão JÁ!

Segundo dados da ONU existem aproximadamente 600 milhões de pessoas com deficiência em todo o mundo, sendo que destas, 80% vivem em países em desenvolvimento. O segmento populacional das pessoas com deficiências está entre os mais pobres, estigmatizadas e com menores níveis de escolaridade em todo o mundo, o que caracteriza a evidente violação de direitos humanos destas pessoas.

Por meio da perspectiva social, define-se deficiência como uma manifestação da diversidade humana que demanda adequações sociais no objetivo de ampliar a sensibilidade dos ambientes às diversidades corporais apresentadas pelos indivíduos.

Reconhece-se que a diversidade humana é inerente à vida e é parte constituinte de qualquer sociedade, e a depender de como tais sociedades se organizem, será possível que a expressão de determinada diversidade resulte em fenômenos de desigualdade.

Portanto, nas sociedades democráticas de direito é necessário que sejam desenvolvidos mecanismos ou dispositivos institucionais que protejam as diversidades contra todas as formas de opressão, oferecendo aos desiguais maiores condições de igualdade frente à sociedade em que estão inseridos.

Deste modo, torna-se fundamental o desenvolvimento de políticas sociais que garantam a cidadania, a proteção social e o processo de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, nas escolas, espaços públicos, serviços de saúde, espaços de lazer, cultura, etc. Ainda na perspectiva da inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho chama atenção o descaso do poder público e das instituições privadas, uma vez que, segundo o Censo do ano de 2000, das aproximadamente 24 milhões de pessoas com deficiência no país, estima-se que mais de 9 milhões delas estão em idade produtiva, poderiam entrar no mercado formal de trabalho, se lhes fossem proporcionadas condições adequadas de acessibilidade.

Frente a esta constante situação de vulnerabilidade social as pessoas com deficiência enfrentam ainda os desafios impostos pelo modelo produtivo da sociedade contemporânea onde não são reconhecidos socialmente como sujeitos produtivos por conta da dificuldade de inserção no mercado de trabalho e consequentemente pela impossibilidade de garantirem sua autonomia econômica. Portanto, é necessário que sejam desenvolvidas e implementadas políticas públicas que promovam a igualdade de modo geral, respeitando e concretizando a garantia dos direitos humanos e individuais das pessoas com deficiência pelos governos democráticos. Novas Ações a serem incluídas: 1. Criação de novos postos de trabalho para pessoas deficientes no DF; 2. Efetivação das legislações e estratégias que reservem cotas para as pessoas com deficiência no serviço público ou em empresas de médio e grande porte;

Ações:

1. Incentivar a promoção da autonomia e recuperação da funcionalidade das pessoas com deficiência por meio da reabilitação de qualidade e acesso à órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) pelo SUS;
2. Ampliar o acesso aos serviços de saúde que se fazem necessários para o auxílio das pessoas com deficiências com ênfase nos níveis da atenção básica e especializada;
3. Qualificar a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência (RCPD) no DF promovendo maior integração entre os pontos de atenção da RCPD e dos demais dispositivos públicos (educação, assistência social, emprego, etc);
4. Garantir e ampliar a acessibilidade nos espaços públicos;
5. Incentivo público e privado para o acesso ao mercado de trabalho.
6. Criação de novos postos de trabalho para pessoas deficientes no DF
7. Efetivação das legislações e estratégias que reservem cotas para as pessoas com deficiência no serviço público ou em empresas de médio e grande porte

POPULAÇÃO IDOSA: A Vida Começa Todos os Dias!

Ações:

1. Fortalecimento das políticas públicas de saúde direcionadas à pessoa idosa e melhoria do acesso à serviços de atenção primária integral, com ações preventivas

e de promoção da saúde (em especial para a prevenção de doenças crônicas, incluindo as demências), bem como de acesso à prevenção de câncer de mama e colo do útero (diagnóstico precoce) e a prevenção de violências.

2. Desenvolvimento de ações intersetoriais com foco da população idosa do DF envelhecer cada vez mais autônoma e ativa, incluindo-se nas demandas referentes às vulnerabilidades biopsicossociais;
3. Definição dos serviços de saúde e de ações intersetoriais para lidar com as condições específicas do Idoso no DF, principalmente no que se refere ao apoio às famílias com idosos com demência.
4. Ampliação e reestruturação dos Centros de Convivência que possuem foco no desenvolvimento de atividades que favorecem o envelhecimento ativo e saudável e de forma a dar suporte ao idoso e suas famílias, principalmente na presença de vulnerabilidades sociais e de demência.
5. Criação dos serviços do tipo Centros-Dia com equipes multiprofissionais que atendem pessoas idosas acima de 60 anos, que necessitam de cuidados durante o dia e que à noite retornam para suas casas e mantém, desta forma, o convívio familiar.

EIXO III – ECONOMIA VOLTADA À SOCIEDADE

O morador do Distrito Federal vive em um sistema econômico extremamente injusto, com elevadas taxas de desemprego e poucas oportunidades econômicas dissociadas do poder público. Praticamente toda a economia local é dependente do setor público, seja o federal, seja o distrital. Isso reduz as opções de vida, de trabalho e de realização para os moradores do DF. Os residentes enfrentam uma taxa de desemprego elevadíssima e concentrada nas áreas mais pobres. Para piorar a situação, o nível de desigualdade na região está entre os maiores do país. É preciso, portanto, edificar uma política de desenvolvimento econômico distrital que assegure oportunidades que vão além do poder público, um amplo programa de obras públicas para gerar empregos em grande escala, ações que viabilizem o empreendedorismo criativo, com múltiplas formas de organização, inclusive em formatos solidários, e a redução da obscena desigualdade social em nossa região. Além disso, a economia não pode ter como único propósito a elevação do PIB, mas sim a melhoria das condições de vida de todos os cidadãos.

A taxa de desemprego no DF, segundo os dados do próprio governo distrital, está acima de 19%, com mais de 300 mil cidadãos locais desempregados. É uma taxa de economia em depressão. O impacto do desemprego é brutal na vida das pessoas, porque, além da falta de renda, atrapalha a inserção social, debilita a saúde e afeta até mesmo auto-estima. E essa taxa revela apenas média: enquanto que as áreas mais ricas do DF têm taxa de desemprego em torno de 9%, nas regiões mais pobres o índice ultrapassa 26% em áreas como Fercal, Itapoã, Paranoá e Estrutural!

Parte da solução para mitigar os problemas de elevado de desemprego depende da ampliação significativa da capacidade de investimentos públicos pelo GDF. Os investimentos públicos totais representam hoje uma parcela muito pequena do orçamento local, incluindo o orçamento próprio e Fundo Constitucional. O GDF investe cerca de 3% do total, o que inibe a realização de um amplo programa de obras públicas, que, ao mesmo tempo em que gera muitos empregos, promove a melhoria da infraestrutura local e a qualificação dos serviços públicos. Outros Estados da Federação, mesmo com renda per capita bem inferior à do DF, conseguem investir uma proporção quatro vezes maior do orçamento e ainda assim oferecer serviços públicos melhores para o cidadão.

Associada à taxa de desemprego alta, o Distrito Federal ostenta o título sombrio de unidade federativa mais desigual do Brasil, que já é um dos países mais desiguais do mundo. O índice de Gini, principal indicador de desigualdade, é de 0,58 no caso do DF (quanto mais perto de 1 mais desigual; quanto mais perto de 0 menos desigual), mas é de 0,47 no vizinho Goiás e de 0,43 em Santa Catarina. A renda dos 10% mais ricos é cerca de 25 vezes maior do que a dos 10% mais pobres. A renda per capita de um morador do Lago Sul é cerca de 15 vezes maior do que a de um residente da Estrutural.

Há ainda que se registrar a altíssima dependência dos moradores locais em relação às atividades do poder público. Parcela muito significativa da mão-de-obra local é empregada diretamente pelo poder público e outra parcela relevante atua em instituições privadas que prestam serviços ao poder público. Isso acaba criando uma dependência excessiva e reduzindo as opções profissionais das pessoas. É preciso viabilizar oportunidades de vida diferentes para os moradores desta grande metrópole, associando ciência, tecnologia e inovação, reunindo ações de economia criativa e tornando factível múltiplas formas de organização social, inclusive em formatos cooperativos e solidários. Cada cidadão brasileiro deve ter o direito de buscar o arranjo e a atividade que mais lhe permite explorar sua criatividade e seus interesses.

Por fim, a região do entorno do DF tem sido historicamente abandonada pelos governantes. Nem os Estados vizinhos priorizam a região, nem o GDF tem feito o que

deve para melhorar a vida dos moradores desses municípios. Boa parte deles trabalha no Distrito Federal e acabam residindo nas cidades do entorno em razão do custo elevado da moradia dentro do DF. São trabalhadores que merecem uma atenção especial, com políticas públicas concertadas com os governos vizinhos para oferecer infraestrutura adequada, transporte digno e serviços públicos decentes.

Ações:

1. Renda mais bem distribuída por meio de um sistema de tributação mais justo e investimentos públicos em serviços de alcance universal
2. Criar um grande programa de investimentos públicos para gerar empregos e melhorar a infraestrutura e os serviços públicos. Para tanto, será necessário ampliar o volume de recursos orçamentários destinados a investimentos no GDF, via orçamento próprio e captação externa, além de priorizar investimentos em áreas com menor IDH, que superem gargalos de infraestrutura e que resultem em maior impacto social, como serviços públicos melhores, geração de emprego e saneamento para saúde pública.
3. Ampliar e qualificar as oportunidades de empreender e de produzir riqueza nos mais variados arranjos e dissociados do poder público, promovendo articulação dos investimentos em ciência e tecnologia com o setor produtivo, favorecendo os arranjos produtivos locais, estimulando as atividades de economia criativa e viabilizando as opções de economia solidária
4. Discutir o aprimoramento dos indicadores de qualidade de vida das pessoas, para que a discussão econômica não se limite ao PIB, mas avalie as diversas dimensões da qualidade de vida e da busca da felicidade para todos os cidadãos

INVESTIMENTO PÚBLICO

O GDF possui o segundo maior orçamento per capita do país, da ordem de R\$ 6,3 mil por habitante (ou duas vezes a média nacional). Entretanto, o GDF está entre as unidades da federação que menos investem como proporção da despesa total, amargando a vexatória 21ª posição. Consequentemente, é preciso uma ampliação substancial no investimento público do Distrito Federal tanto a partir de recursos orçamentários próprios e captações internas e externas, quanto por meio de operações de investimento conjunto com o governo federal. Dada a infraestrutura deficiente e a precariedade dos serviços públicos, devem ser priorizados os investimentos nas áreas mais pobres e com maior impacto social.

O investimento público é uma das áreas mais importantes do Governo e com maiores retornos para a sociedade. Em primeiro lugar, existe consenso entre os economistas, independentemente de sua matriz teórica-ideológica, de que os investimentos públicos são essenciais para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, o investimento público tem uma característica única que o distingue das demais políticas públicas: sua utilização por um cidadão não impede que outro cidadão também utilize este serviço/obra. A título de exemplo, podemos afirmar que uma reforma na EPIA permitirá que todos os brasilienses usufruam desta melhora.

Adicionalmente, é importante destacar que, ao contrário do senso comum, o investimento público é complementar ao investimento privado. Quando o investimento público aumenta, o investimento privado também aumenta. Isso decorre do fato de que o

Governo tem mais instrumentos para avaliar a relação risco-retorno dos investimentos, de modo que, quando o estado decide realizar uma inversão, aumenta a confiança do setor privado e, conseqüentemente, sua disposição em investir mais. Por fim, mas não menos importante, sabemos que dentre todos os tipos de despesas o investimento possui o maior efeito multiplicador sobre a economia. Assim, cada 1 real a mais investido, gera mais de 1 real sobre o produto interno bruto do GDF, o que conseqüentemente leva a um aumento no volume de emprego.

Porém, apesar de todas essas características positivas, o investimento público no GDF tem sido muito, muito menor do que o desejado. É lamentável que dos R\$ 19 bilhões gastos pelo GDF em 2017 apenas 4% tenham sido aplicados em investimentos públicos. Ademais, comparado aos outros estados, o GDF está entre as 7 unidades da federação que menos investem como proporção de sua despesa, apesar de dispor de renda per capita mais elevada que os demais.

Além disso, o Distrito Federal dispõe de um importante banco público local, o Banco de Brasília - BRB. Essa instituição financeira não precisa limitar-se a exercer o papel de varejo e de gestão dos recursos associados ao governo distrital. O Banco de Brasília tem potencial de exercer mais plenamente o papel de banco de desenvolvimento da região, promovendo investimentos estratégicos que impactem positivamente o emprego e a renda no DF.

Por fim, vale notar que ampliar o programa de investimentos públicos não significa apoiar qualquer obra pública. Os aportes públicos têm que ser direcionados para empreendimentos que trazem retornos econômicos e sociais para o conjunto da sociedade e devem ser executados com os cuidados e compensações necessários para a população diretamente afetada pelos empreendimentos. O programa deve priorizar, portanto, amplas obras nas periferias do Distrito Federal, em regiões com menores índices de desenvolvimento, para promover a melhoria da qualidade dos serviços públicos, a expansão dos equipamentos públicos disponíveis à população e a melhoria da infraestrutura.

Ações:

1. Aumentar significativamente a parcela do orçamento destinada a investimento público;
2. Criar equipes especializadas em elaboração de projetos para otimizar a capacidade de planejamento e executar obras mais eficientes, mais rápidas e com impactos sociais positivos;
3. Priorizar investimentos na regiões administrativas com menor desenvolvimento econômico para prover melhores serviços públicos e melhor infraestrutura.
4. Articular junto ao Governo Federal para que o investimento público não seja contabilizado no cálculo do resultado primário;
5. Rever o papel do Banco de Brasília - BRB para que ele esteja alinhado ao papel de um banco de desenvolvimento para região do Distrito Federal e áreas de influência, orientando o crédito para atividades de impacto positivo sobre o emprego e a renda na região.

SIMPLIFICAÇÃO E JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Os impostos no Brasil padecem de dois problemas igualmente graves: complexidade e injustiça. O sistema tributário brasileiro está entre os mais complexos do

mundo, o que acaba dificultando o desenvolvimento econômico, reduzindo a competitividade e atrapalhando os empreendedores. Ao mesmo tempo, nosso modelo de tributação é extremamente injusto, porque onera especialmente os mais pobres, em vez de promover a distribuição de renda, com o que ocorre em outros lugares do mundo. Se é verdade que algumas medidas importantes dependem da União, é igualmente verdadeiro que várias ações podem ser adotadas no âmbito do Distrito Federal. Enfrentar esses dois problemas é uma questão central para tornar o Distrito Federal mais próspero e mais justo.

O peso excessivo da carga tributária brasileira sobre os mais pobres - a chamada regressividade - é um problema já amplamente reconhecido. A tributação brasileira é uma das causas principais da obscena desigualdade social do país. Ao passo que a maioria dos países faz uso da tributação como o principal instrumento para distribuir renda, aqui no Brasil a tributação praticamente não serve a esse propósito. Para ser eficaz como mecanismo distributivo, os impostos precisam incidir especialmente sobre a renda e sobre o patrimônio, como ocorre em vários países. No Brasil, boa parte dos tributos recai sobre bens e serviços, que são repassados para o consumidor. Nos Estados Unidos, a tributação sobre renda e lucro corresponde a 48% do total. No Brasil, ela corresponde a apenas 21%. Já a tributação sobre o consumo representa 18% do total nos EUA, mas 44% aqui no caso brasileiro. A consequência é que, em vez de reduzir a desigualdade, nosso sistema tem efeito praticamente nulo ou até negativo em termos de distribuição de renda.

Além disso, existe um grave problema de complexidade do sistema. O Brasil figura entre os últimos colocados nas avaliações internacionais sobre simplicidade da tributação. Para dar um exemplo, embora a Suécia arrecade mais impostos de sua economia do que o Brasil (cerca de 44% do PIB, contra 32% no Brasil), o tempo médio gasto por uma empresa para preencher os formulários e pagar o imposto é de 112h por ano. No Brasil, esse tempo é de 1.958h, mesmo arrecadando menos. Há impostos que se sobrepõem, há tributos com multiplicidade de regimes, existem complexos regimes para o comércio interestadual.

É urgente, portanto, simplificar o regime de tributação e ao mesmo tempo torná-lo mais progressivo, isto é, reduzir o ônus sobre os mais pobres.

Algumas das medidas necessárias para essa mudança dependem de articulações no âmbito federal. O GDF certamente tem um espaço privilegiado para influenciar as mudanças nacionais. Mas, mais do que isso, existe bastante espaço para modificar a realidade no próprio nível distrital. O GDF concentra as tributações que, em outros entes federativos, ficam divididas entre municípios e Estado. Há espaço, portanto, para mexer em vários dos aspectos tributários, em particular no ICMS (o tributo com maior arrecadação no país), no imposto sobre herança (ITCMD), no IPVA, no IPTU e no ISS. Em todos esses casos as mudanças devem sempre buscar esses dois propósitos: simplificação e maior justiça social.

No caso específico do GDF, vale apontar algumas questões específicas. A cesta básica, por exemplo, que compõe a cesta de produtos centrais para os mais pobres, foi inteiramente desonerada de impostos federais, mas continua pagando alíquotas de imposto distrital (7%). O IPVA incide sobre os carros de todos os brasilienses, mas não incide sobre jatinhos, helicópteros e iates. O IPTU é outro tributo com grande potencial de arrecadação e de progressividade. Ele precisa ser recalibrado para espelhar os valores atuais dos imóveis, de modo a permitir a isenção ou redução do tributo para os mais pobres e a cobrança maior sobre os mais ricos. Por fim, o imposto sobre grandes heranças, que é um dos mais importantes para nivelar as condições das pessoas e garantir igualdade de oportunidades, chega a 40% nos EUA e a 50% na Alemanha no caso de heranças milionárias, mas no DF é de apenas 4% a 6%, mesmo no caso de valores vultosos. É

possível ampliar as faixas e isenção para os mais pobres, reduzir as alíquotas para as camadas intermediárias e priorizar a tributação sobre os mais ricos.

Ações:

1. Apoiar as medidas de simplificação da cobrança do ICMS por meio de cooperação interfederativa: cobrança majoritariamente no destino e eventual fusão de tributos indiretos
2. Adotar medidas de maior progressividade tributária, ampliando as isenções e as alíquotas menores para as faixas de menor renda e fixando alíquotas progressivas para os mais ricos (ITCMD, IPVA, IPTU)
3. Rever as alíquotas de ICMS para promover maior seletividade dos produtos, inclusive redução da carga sobre produtos integrantes da cesta básica

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Em um passo importante para a consolidação de um sistema local de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), o GDF aprovou em 2013 uma alteração em sua lei orgânica, prevendo a destinação de 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) distrital para o orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). Sem dúvida mirando o exemplo adotado décadas antes pelo estado de São Paulo, o intuito da medida é garantir o volume e a estabilidade necessários para a realização eficaz de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Embora seja uma medida crucial, isoladamente não irá provocar os efeitos desejados sem uma articulação de outras condições necessárias, sobretudo o estabelecimento de uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) distrital de excelência e o estímulo a empresas inovadoras.

Com a aprovação da Emenda à Lei Orgânica nº 69, de 2013, os recursos destinados ao financiamento da CTI no Distrito Federal tem aumentado consideravelmente, de forma a atingir 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) até o ano de 2020. Passando de R\$ 82 milhões em 2013 para R\$ 318 milhões no presente ano, o orçamento da FAPDF tem se tornado um importante instrumento de promoção da PD&I no território. No entanto, para que o investimento público tenha o impacto desejado, é preciso dar atenção às outras pontas da tripla hélice da inovação tecnológica.

A limitação mais considerável para uma atuação efetiva do GDF em Ciência, Tecnologia e Inovação é a inexistência de uma ICT de excelência que possa servir de âncora para as ações estratégicas no setor. O modelo paulista, inspiração para autonomia orçamentário-financeira da FAPDF, só teve êxito porque São Paulo já havia tomado a decisão de fazer investimentos massivos em uma estrutura local de alto nível - a Universidade de São Paulo, que também conta com uma parcela fixa do ICMS estadual.

Por fim, na última ponta da tripla hélice, é preciso orientar os investimento públicos em CTI de acordo com uma estratégia de desenvolvimento produtivo. É preciso estimular o estabelecimento e a expansão de empresas inovadoras. O GDF, a despeito do esforço recente na edição de uma Lei e Política de Inovação locais, não tem qualquer instrumento de incentivo a PD&I nas empresas. Pelo contrário, o uso histórico de incentivos tributários tem servido para travar guerra fiscal com as unidades da federação vizinhas.

A implantação do Parque Tecnológico BIOTIC é um exemplo de como esse arranjo cooperativo pode se revelar dispendioso e pouco efetivo quando mal arquitetado. Ao custo total de R\$ 36 milhões, voltados apenas para a construção do edifício sede, o parque não conta com qualquer infraestrutura especializada para execução de atividades de PD&I nas suas áreas prioritárias (TICs e Biotecnologia), ou com uma ICT âncora capaz de liderar esforços de pesquisa e treinar recursos humanos de alto nível, tampouco com uma empresa inovadora de grande porte capaz de organizar uma cadeia de fornecedores no parque. O BIOTIC não passa de um prédio vazio e terra pública a baixo custo.

A prioridade nesse momento deve ser o fortalecimento de uma política integrada de CTI, que alie os avanços obtidos por meio do fortalecimento da FAPDF com medidas concretas para estimular a criação de competências em PD&I no setor público e privado no território. Os recentes avanços na legislação distrital também devem ser aprofundados, em consonância com o novo marco legal para CTI aprovado em âmbito federal, para dar maior flexibilidade à atuação do poder público e a parcerias estratégicas entre ICTs e empresas.

O GDF deve também apostar em uma robusta política de atração e estímulo à criação de startups, em especial nas áreas prioritárias de biotecnologia e TICs. Por meio de parcerias com aceleradoras e fundos investimento semente, aliadas a investimentos públicos diretos e assistência técnica, é possível estruturar um ecossistema de startups intensivas em tecnologia com investimentos modestos por parte do setor público.

Ações:

1. Estabelecimento de uma política de CTI baseada na cooperação entre o GDF, ICTs e empresas inovadoras;
2. Criação ou desenvolvimento de uma ICT distrital de excelência, que deverá funcionar como instituição âncora do parque tecnológico BIOTIC;
3. Formulação de programas de apoio à inovação empresarial, com foco no estímulo a Startups;
4. Fortalecimento do parque tecnológico BIOTIC por meio de criação de uma infraestrutura compartilhada voltada para PD&I;
5. Criar unidades públicas de tecnologia e inovação para explorar as potencialidades econômicas das regiões administrativas afinadas com as atividades locais;
6. Revisão da legislação distrital de CTI para adequação ao novo marco legal aprovado em âmbito federal.

CONCORRÊNCIA E DESBUROCRATIZAÇÃO

A economia no DF possui algumas características que demarcam bastante a realidade social deste quadrado. Para compreender o processo de concorrência e de desburocratização e para colocar a máquina pública a serviço das pessoas, é importante destacar os seguintes itens:

- a) um PIB centrado na Administração Pública e na oferta de serviços;
- b) um número superior à média nacional na proporção de micro e pequenos negócios versus as médias e grandes indústrias;
- c) desemprego estrutural acima da média; e
- d) ligação intrínseca com as cidades que compõem a RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal).

Essas situações se materializam na baixa atividade empreendedora, no alto nível de burocracia para os que se aventuram a empreender e na formação de carteis pelo baixo número de competidores em vários setores. São esses os problemas que precisam ser enfrentados com uma agenda de empreendedorismo, ampliação de oportunidades e diversificação econômica.

Ao propor iniciativas para reduzir a desburocratização e aumentar a concorrência, devemos ter em mente as características acima destacadas. Aumentar a concorrência implica aumentar o número de pequenos negócios no DF e fortalecê-los como eixo central da geração de emprego, renda e tributos (o ICMS é o maior imposto do DF). Incentivar a desburocratização dos processos implica atacar uma das principais causa-mortis de pequenas empresas no país.

Porém, do ponto de vista de uma reflexão mais integrada dos processos temos que entender como pequenos negócios também aqueles processos em que a organização do povo se faz pelos meios econômicos, a saber: a agricultura familiar, a economia solidária, a economia criativa, o comércio informal e economia a partir da cultura, do esporte e do lazer, dentre outros. Portanto, é papel de um governo progressista que quer incentivar a concorrência e a desburocratização dar apoio integral às formas de organização social na economia que também priorizem os aspectos de organização e de consciência coletiva do povo, buscando integrá-las aos instrumentos oficiais de proteção social. Em especial, a organização do povo para a busca de emprego e de sobrevivência deve ser trabalhada com respeito, diálogo e apoio. Muito diferente do que os últimos governos que adotaram a tática da repressão ao microempreendedorismo - repressão que só aumenta os níveis de violência no DF.

Nesse sentido, as administrações regionais, a AGEFIS e as diversas Secretarias de Estado têm papel central em reduzir processos burocráticos e em iniciar diálogos na ponta que incentivem a busca da organização econômica integrada, ao invés de criar mecanismo que submetem essas iniciativas aos interesses de poucos setores. A Agefis precisa se transformar em um importante instrumento de diálogo e de orientação constante.

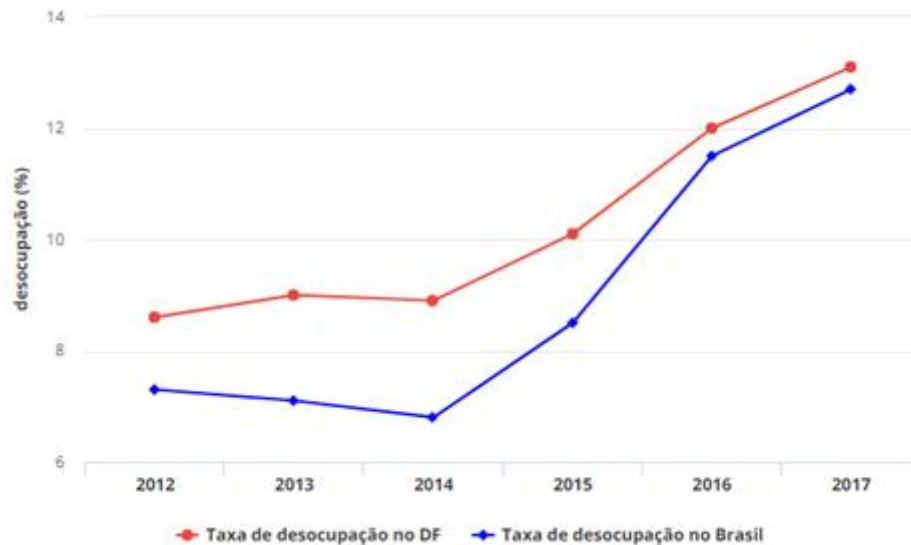
Finalmente, vale mencionar que existe um novo instrumento para dar conta desse trabalho: o avanço da tecnologia e do governo eletrônico nos permitirão adotar inúmeras medidas de transparência, desburocratização, rapidez e redução do custo econômico para os negócios no DF. Essas medidas, aliadas a um conjunto de servidores públicos que, com apoio e capacitação têm grande conhecimento da realidade e dos desafios do povo, poderá tornar realidade essas medidas de agilização, simplicidade, integridade e transparência.

Como mostra o Gráfico 1, a taxa de desocupação no Distrito Federal se elevou nos últimos anos de modo similar à nacional. Mas essa taxa tem se revelado estruturalmente mais alta do que a nacional, indicando peculiaridades locais que precisam ser enfrentadas pelo governo distrital. Tão preocupante quanto a elevada taxa de desocupação no DF é a distribuição dos desempregados nas diferentes regiões administrativas. Em algumas regiões administrativas, como Recanto das Emas, Paranoá e Estrutural, essa taxa ultrapassa 25%.

Gráfico 1

Taxa de desocupação no DF

Dados da Pnad mostram evolução de 2012 a 2017



Fonte: IBGE

Ações:

1. Apoiar o fortalecimento do governo eletrônico e digital para aumentar a transparência, a participação e a desburocratização dos processos de organização econômica e social, inclusive para os processos de licença, alvarás e autorização de funcionamento;
2. Compromisso com a redução efetiva do tempo de abertura de empresas, bem como da gestão eletrônica e simplificação dos processos tributários e de construção civil;
3. Incentivar a agricultura familiar, a economia solidária, a economia criativa, o comércio informal e economia a partir da cultura, do esporte e do lazer, como iniciativas fundamentais para aumento da produção, da concorrência, da geração de emprego e renda no DF;
4. Criar salas de apoio ao empreendedor vinculadas aos núcleos de atendimento do “Na Hora” ou às Administrações Regionais para diálogo e desburocratização. Criar novos canais, transparentes e abertos, de participação e de formulação da política pública para todos os setores;
5. Mudar o caráter da AGEFIS, que hoje atua como órgão fortemente repressor do comércio informal, para órgão mais orientador e incentivador de novas formas de organização econômica e concorrencial no DF. As Administrações Regionais também terão papel central neste processo;
6. Desburocratizar e aumentar os recursos dos fundos de apoio a cultura, ciência e tecnologia, bem como iniciativas econômicas vinculadas ao esporte, lazer e turismo sustentável no DF;
7. Auditoria nos diversos programas de distribuição de lotes pela Terracap para iniciativas de pequenas indústrias e de comércios, de forma a fortalecer aqueles

- polos que deram certo e poder revisar os que hoje se transformaram em puro objeto de especulação;
8. Diálogo com as universidades para pensar novos polos de Start-Ups inovadoras no DF, além de explorar as potencialidades técnicas e tecnológicas de cada região administrativa;
 9. Criar programa para atração de empreendimentos em setores com carência de investimento para promover a concorrência e inibir a atuação cartelizada; e
 10. Buscar expandir todas estas políticas em diálogo com as cidades que compõem a RIDE, de forma a adotar políticas integradas e em consonância.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E EMPREENDEDORISMO

É indiscutível o enorme peso do setor público na economia candanga. De cada cem reais gerados no DF, 45 decorrem da administração, educação e saúde públicas e, complementarmente, 27% dos ocupados estão diretamente no setor público. Essa situação, que contrasta radicalmente com o verificado no restante do país, tem efeitos nocivos para a economia local, uma vez que cenários de restrição fiscal no nível nacional provocam impacto particularmente negativos para o Distrito Federal. Desse modo, é urgente envidar esforços que visem desenvolver e fomentar a diversificação da estrutura produtiva do Distrito Federal, notadamente por meio da revisão de instrumentos já existentes e com base no fomento de arranjos produtivos locais (APLs) e no estímulo ao empreendedorismo.

Os arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas em um mesmo território que apresentam especialização produtiva e mantêm entre si algum tipo de articulação. Suas atividades econômicas são integradas, com alto nível de cooperação e interação, aprendizagem recíproca, quase sempre em associação com outros atores locais, como governo, associações empresariais, instituições públicas de tecnologia e inovação e instituições financeiras.

O Distrito Federal já dispõe de alguns arranjos produtivos locais mapeados, como o de tecnologia da informação, de madeiras e móveis, turismo de eventos e agricultura orgânica. Mas é possível avançar mais em relação aos arranjos já existentes e certamente é possível promover a constituição de novos arranjos, em parcerias com o Banco de Brasília - BRB, com as administrações regionais e com institutos públicos de tecnologia e inovação.

A Lei Complementar nº 94/1998 criou a chamada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride/DF) e Entorno que objetivou, entre outros, a realização de planejamento conjunto de serviços públicos de infra-estrutura e de geração de emprego para os 23 municípios (incluindo o DF) pertencentes a esse arranjo. Nesse sentido, em 2011 foi criado o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Coaride) para realizar a gestão administrativa. Entretanto, a despeito desse avanço institucional, o que se verifica na prática é a total ausência de efetividade da Ride/DF.

Outros dois instrumentos correlatos - e também subutilizados para fins de desenvolvimento da região do Distrito Federal - são o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), ambos geridos pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Entretanto, o desembolso realizado nos últimos anos mostra que o DF tem frequentemente sido contemplado com a menor parcela dos recursos disponíveis.

Adicionalmente, é premente o fomento de arranjos produtivos locais e o estímulo ao empreendedorismo dos setores econômicos que apresentam os maiores efeitos de “puxar” e “empurrar” a produção do DF como um todo. Conforme dados da Codeplan, os setores que têm maior capacidade de puxar os demais setores são: construção, outras atividades e serviços, atividades científicas profissionais e técnicas, alojamento e alimentação e saúde humana e serviços sociais. Já os setores têm os maiores impactos para frente na cadeia produtiva são: indústria de transformação, atividades científicas profissionais e técnicas, informação e comunicação, atividades administrativas e serviços complementares e atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.

Ações:

1. Revisar os arranjos institucionais da Ride/DF, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), de modo a torná-los mais coesos e conectados face às demandas econômico-sociais do DF
2. Assistência técnica para empreendimentos pertencentes a setores com maior capacidade de “puxar” e “empurrar” a produção do DF como um todo
3. Criar incubadoras para os novos arranjos produtivos nas regiões administrativas do Distrito Federal, priorizando as áreas mais pobres e procurando promover empreendimentos associados à economia criativa e à ciência, tecnologia e inovação, que têm maior produtividade e maior impacto econômico e social nas regiões e nas cadeias produtivas
4. Criar institutos públicos de qualificação de mão-de-obra voltadas para as atividades específicas de cada região administrativa, de modo a ampliar as oportunidades de especialização profissional e permitir o aumento de produtividade dos APLs existentes e dos que serão instituídos

SUSTENTABILIDADE E NOVAS FONTES DE ENERGIA

A mudança climática é um grave e urgente problema global que exige ações não somente no campo internacional, mas também no âmbito local. O aumento das emissões de gases de efeito estufa por ação humana está provocando um aumento da temperatura média da Terra e acarretando mudanças no clima de várias regiões do planeta, inclusive no Distrito Federal. Há urgência em adotar medidas para mitigar o agravamento do efeito estufa e a elevação das emissões de carbono e, ao mesmo tempo, é preciso adotar ações de adaptação de nossas cidades e nossos campos às mudanças que já estão em curso. O setor de transporte e o uso de eletricidade precisam passar por profunda transformação para evitar problemas ainda mais críticos no futuro. Mas alterações já perceptíveis hoje exigem a adaptação da região à nova realidade, como a questão da água deixou claro no último ano.

As emissões de gases estufa decorrentes de atividades humanas acarretaram o aumento acentuado da concentração dessas substâncias na atmosfera terrestre, o que está provocando modificações no clima em todo o planeta. Não se trata de um simples desconforto térmico por conta da elevação da temperatura média da Terra, mas da mudança dos padrões climáticos, com impactos nas chuvas, secas, vetores de doença, agricultura e economia.

No mundo, cerca de metade das emissões de gases estufa se origina do uso de energia, seja pela queima de combustíveis no transporte, seja na produção de eletricidade. No Brasil, o setor energético representa em torno de 40% do total. A agropecuária e o desmatamento respondem por cerca de metade das emissões brasileiras, mas no DF o impacto desses dois fatores é mais reduzido. O tratamento de resíduos e as atividades de construção civil são as outras atividades com pegada de carbono mais acentuada no âmbito do Distrito Federal.

No caso do setor de eletricidade, ainda que boa parte das regulações sejam federais, há bastante espaço para medidas inovadoras no Distrito Federal. O DF dispõe de uma grande distribuidora de energia elétrica (CEB), pode adotar inúmeras medidas de tributário, tem poderes para definir regras urbanísticas e de construção e pode ainda liderar pelo exemplo em suas próprias edificações.

No caso do transporte, o Distrito Federal disciplina o funcionamento dos transportes públicos locais e dispõe de forte espaço para modificar o panorama do uso de veículos intensivos em carbono. Além de regulador do setor, o GDF tem uma empresa estatal (Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB) que atua no setor e também pode liderar as atividades inovadoras no setor, investindo não apenas na melhoria do serviço para o cidadão, mas em ações de sustentabilidade conjugadas com ciência, tecnologia e inovação.

São poucos os incentivos tributários no âmbito do DF para o baixo carbono. Houve uma iniciativa relevante para criar o IPTU Verde, mas o projeto foi vetado pelo governador Rollemberg. Embora a Câmara Legislativa tenha em seguida derrubado o veto, é preciso ter uma regulação adequada da lei para viabilizar seu uso pelos cidadãos brasilienses.

No campo da construção civil, é notória a forte - e frequentemente espúria - influência das empreiteiras locais na definição das regras de urbanização e de construção exigidas no âmbito do Distrito Federal. Essas normas precisam ser modificadas não apenas do ponto de vista da melhoria do direito à cidade, mas para levar em consideração também as necessidades de modificar o padrão de emissões de gases estufa do DF, alinhando as práticas locais às necessidades globais de mitigação das mudanças climáticas.

Ações:

1. Adotar normas urbanísticas e de construção civil que favoreçam fontes de energia de baixo carbono e reaproveitamento de água
2. Expansão do transporte público em massa e considerar as opções de eletrificação do sistema de transporte ou a expansão do uso de biomassa como combustível
3. Instituir o IPTU Verde (descontos no tributo para ações favoráveis ao baixo carbono, como reaproveitamento de água e utilização de energia solar), aprovado pela Câmara Legislativa e vetado por Rollemberg. O veto já foi derrubado e é preciso estabelecer uma regulamentação adequada.
4. Criar programa para difundir as informações sobre reaproveitamento de água e uso sustentável de energia nas escolas e para estimular pesquisas acadêmicas nas universidades e escolas técnicas locais
5. Promover empreendedorismo na área, integrando-se com as instituições públicas de pesquisa já existentes para criar novos produtos e novos modelos de negócio

6. Implantar painéis solares em prédios públicos distritais e ampla adoção de instrumentos de eficiência energética e de reutilização de água

ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA CRIATIVA

A economia do Distrito Federal padece de enorme dependência do poder público. Com mão-de-obra mais bem qualificada, existe um grande potencial de explorar a economia criativa, que pode ser concretizado com os incentivos adequados a esse tipo de empreendimento. Além disso, há pouco conhecimento e insuficientes informações sobre economia solidária, que admite formas engenhosas e cooperativas de associativismo e empreendedorismo.

No Distrito Federal existem 246 empreendimentos - associações, cooperativas ou grupos informais - que funcionam sob a lógica da economia solidária. Eles estão mais concentrados em áreas urbanas do que rurais e geram cerca de 20 mil postos de trabalho, segundo o Atlas digital da economia solidária.

Essa forma de produção e de organização geralmente está associada à população mais pobre e vulnerável e pode ser uma importante fonte de renda, mas, para além disso, a economia solidária é uma maneira de organizar a produção e a comercialização de maneira mais solidária e cooperativa, sem subordinação dos trabalhadores e com o foco maior no trabalho, e não no lucro, compatível com as aspirações de mundo desejado pelo Psol.

Brasília possui o Centro de Economia Popular e Solidária, que terá suas atividades expandidas em parceria com o Fórum de Economia Solidária do DF.

Além do Centro, para incentivar a criação e a atividade de empreendimentos econômicos solidários no DF, é necessário se criar incubadoras públicas de economia solidária descentralizadas, nas diversas cidades do Distrito Federal. As incubadoras prestarão serviço de assessoramento técnico, jurídico e contábil para os empreendimentos, que são imprescindíveis para quando os empreendimentos ainda não são sustentáveis.

Ações:

1. Rever a legislação local para facilitar o desenvolvimento da economia solidária
2. Estimular as potencialidades do DF na área de economia criativa, com fomento à produção artística e em atividades com uso de tecnologias de informação e de comunicação
3. Expansão do Centro de Economia Popular e Solidária e fomento às incubadoras de empreendimentos solidários, com fornecimento de apoio técnico.

AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA

Com a população de cerca de 3 milhões de pessoas, o DF é um grande consumidor de produtos da agricultura. Tendo em vista o desenvolvimento de cadeias curtas, onde produtores e consumidores se aproximam, nosso governo incentivará a agricultura familiar no DF e na RIDE, conhecida como região do entorno.

No DF, existem 2879 agricultores familiares com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF). Se considerarmos a região do entorno, este número sobe para 9802 famílias de agricultores. Além disso, existem terras irregulares na região que poderiam ser utilizadas para a reforma agrária e, com isso, o número de agricultores da região pode ser acrescido consideravelmente.

Para o fomento da agricultura familiar, é necessário que existam linhas de crédito compatíveis com a necessidade e realidade dos agricultores. Com o BRB sendo um banco de desenvolvimento da região, linhas de crédito que fomentem a agroecologia, a instalação das famílias, o protagonismo feminino, o associativismo e cooperativismo no campo e transporte para comercialização serão criadas.

Para escoamento da produção, é necessário atuar em 2 frentes: compras públicas e incentivo a feiras.

Segundo a Lei 11.947/2009, os municípios e do Distrito Federal deveriam destinar pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para comprar da agricultura familiar. Segundo dados do FNDE (2016), foram repassados do FNDE para o Distrito Federal cerca de R\$ 44,80 milhões para alimentação escolar. Deste valor, somente R\$ 1,89 milhões foram com aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou seja, o valor destinado de 4,2%, bem abaixo do mínimo exigido pela lei.

As feiras públicas de produtos agrícolas locais, preferencialmente agroecológicos, também serão criadas em todas as RAs do Distrito Federal.

A aquisição de alimentos da agricultura familiar além de potencializar sócio-economicamente este setor, que tradicionalmente sofre com a mazela do mercado agrícola, também possibilita uma melhora na alimentação de nossas famílias, incentivando o consumo e o preparo de alimentos in natura, conforme orienta o Guia para Alimentação Brasileira.

Ações:

1. Aprimorar uma política distrital de Reforma Agrária e Assentamentos Rurais no DF, com ampla participação dos movimentos sociais e sindicais, tendo como fundamentação a função social da terra;
2. Desapropriar as terras rurais que não sejam regulares, com estudo de suas cadeias dominiais, pertencentes a Terracap e propor uma política de criação de um cinturão verde no DF, com oferta de Hortifruti granjeiros;
3. Criar um termo de cooperação entre o GDF, o Incra e a SPU, para analisar terras que possam ser destinadas para programa de assentamentos rurais e Reforma Agrária em âmbito do GDF e Seagri;
4. Criar linhas de crédito do BRB para instalação, fomento mulher, créditos para incentivo de produção agroecológica (acesso a sementes, insumos orgânicos, irrigação e mecanização adequada), criação de cooperativas, transporte para assentamentos de Reforma Agrária no DF e agricultura familiar;
5. Fortalecer a atuação Assistência Técnica Rural, em especial, as ações voltadas para a produção agroecológica da Agricultura Familiar
6. Criar espaços de feiras públicas, preferencialmente agroecológicas, nas RAs para comercialização direta do produtor junto ao consumidor;
7. Aumento gradativo das compras públicas da agricultura familiar, chegando a 50% do recurso repassado pelo FNDE destinados para compra da agricultura familiar do DF, região do entorno e, caso necessário, de outras regiões.
8. Incentivar projetos de Zonas Livres de Transgênico e Zonas Livres de Agrotóxicos, principalmente próximos a mananciais e recargas aquíferas e áreas de proteção ambiental.

9. Criar uma política que democratize e popularize, de forma desburocratizada, o acesso ao selo de inspeção e o selo de produção orgânica, de maneira a facilitar seu acesso para o agricultor familiar e assentado da Reforma Agrária.

SALÁRIO-MÍNIMO DIGNO E GARANTIA DE RENDA MÍNIMA

O Distrito Federal, apesar de dispor de uma renda per capita muito superior à média nacional, não define um salário-mínimo regional próprio, como já o fazem outras unidades da Federação, inclusive as que têm riqueza por habitante inferior à do DF. Além disso, para o combate à pobreza extrema, é preciso assegurar uma renda mínima de cidadania para todos os habitantes que não a alcançam, complementando no nível local o Programa Bolsa Família. O complemento atualmente definido pelo GDF, pago com inacreditável atraso em vários meses, está sem reajuste há anos e está bastante defasado em relação às necessidades básicas dos cidadãos e da realidade de renda no Distrito Federal. Trata-se de garantir um colchão de proteção social mínimo para os cidadãos, evitando a miséria e assegurando dignidade aos cidadãos.

O salário-mínimo no Brasil, depois de uma década de recuperação e ganhos reais, passou nos últimos anos a seguir apenas a inflação. Em 2018, foi definido em R\$ 954, seguindo a regra de correção definida em lei federal.

Ocorre que vários Estados estabelecem pisos mínimos diferentes do nacional. São os chamados salários mínimos regionais. No caso do Paraná, por exemplo, o salário-mínimo foi definido entre R\$ 1.247,40 e R\$ 1.441,00. No Rio de Janeiro, há diferentes faixas para o piso no setor privado, sendo a mais baixa delas de R\$ 1.136,53. No Rio Grande do Sul, há diferentes faixas entre R\$ 1.175,15 e R\$ 1.489,24. No caso de Santa Catarina, os valores regionais mínimos variam entre R\$ 1.078 e R\$ 1.235. Em São Paulo, o piso oscila entre R\$ 1.108,38 e R\$ 1.127,23.

Vale notar que todos esses estados com salário-mínimo regional mais elevados do que o DF têm renda per capita inferior à do Distrito Federal. A renda per capita em Brasília é cerca de 50% superior aos desses outros estados com salários-mínimos maiores. Há espaço, portanto, para definir um mínimo maior.

Além disso, o salário-mínimo está relacionado à renda média. A renda média do trabalhador brasileiro é pouco superior a R\$ 2.100,00 mensais. O salário-mínimo nacional representa, portanto, em torno de 45% da renda média. Na França, o salário mínimo corresponde a cerca de 60% da renda média. Na Alemanha e no Reino Unido, fica pouco abaixo de 50%. Como a renda média do trabalhador no DF é maior do que a nacional, isso também reforça a existência de espaço para elevar o mínimo regional.

No nível federal, a elevação do salário mínimo traz um impacto fiscal relevante por conta do impacto da medida na previdência. No caso dos Estados, esse impacto é bem mais reduzido porque a previdência estadual está ligada às remunerações dos servidores públicos, em geral com nível de qualificação maior e patamares salariais correspondentemente mais elevados.

Com salário mínimo maior, além do ganho econômico para os trabalhadores diretamente beneficiários, promove-se um estímulo à economia nas áreas menos desenvolvidas do DF, já que os assalariados tendem a gastar parcela do salário adicional em torno da região em que moram. Isso dinamiza o comércio local e cria novas oportunidades de emprego e renda para os moradores dessas regiões.

Por fim, o Distrito Federal também deve assegurar uma renda mínima complementar à do Bolsa Família. Trata-se de um instrumento central para garantir o colchão social da população, assegurando um mínimo de subsistência para aqueles que enfrentam dificuldades em se integrar ao sistema econômico. Em tempos de crise

econômica aguda, isso é particularmente relevante. Já existe o Programa DF Sem Miséria, de complementação de renda no nível local, mas o valor não é reajustado há anos e, no governo Rollemberg, houve até mesmo atrasos nos pagamentos desses benefícios, que são a última proteção do cidadão miserável. Convém reajustar os valores, dado que a unidade da federação mais rica do país não deve fornecer uma proteção com o mesmo valor das unidades mais pobres.

Ações:

1. Aumentar o salário mínimo regional para R\$1.200,00, alinhando o DF ao que já fazem outras unidades da Federação
2. Aumentar o complemento dado pelo GDF para ampliação do alcance e da proteção conferida pelo Programa Bolsa Família

EIXO IV – DIREITO À CIDADE

Segundo o geógrafo britânico David Harvey (2013)¹ “*O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.*”

Em nosso Plano de Governo o direito à cidade é trabalhado na perspectiva apresentada por Harvey, a partir das especificidades de cada uma das cidades que compõem o Distrito Federal e, ao mesmo tempo, da inter-relação e complementariedade entre elas e delas com o território metropolitano. Embora no Distrito Federal não tenhamos avançado o suficiente para mudar o paradoxal modelo de desenvolvimento que em nome do progresso continua a promover exclusão social, concentração de renda e devastação ambiental, podemos potencializar os ativos existentes (conquistas sociais e iniciativas em curso) contribuindo para a formulação e vivência de novos modelos de cooperação, governança e atuação política.

Para a estruturação das estratégias de enfrentamento aos desafios impostos, no Plano de Governo, o Eixo Direito à Cidade é trabalhado a partir de seis temas norteadores: (i) Uso e Ocupação do Território; (ii) Mobilidade Urbana e Acessibilidade; (iii) Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos; (iv) Meio Ambiente e Recursos Hídricos; (v) Arte, Cultura e Patrimônio; e (vi) Esporte e Lazer.

USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A Constituição Federal não permite que o DF seja dividido em municípios. Sua população, de 2.906.574 habitantes, segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal (PDAD/DF 2015) está distribuída em 31 Regiões Administrativas (Quadro 1- Anexo). A centralidade urbana do DF está no Plano Piloto, declarado pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, com a maior área tombada do mundo: 112,5 Km². As características urbanísticas e arquitetônicas do Plano Piloto, somadas ao fato de nele estar sediada a administração do governo federal, órgãos internacionais, instituições do governo distrital, além de todo o aparato de comércio, serviço, lazer e moradia que serve essas estruturas, reforçam suas diferenças e desigualdades em relação às demais Regiões Administrativas: além da boa infraestrutura urbana, o Plano Piloto concentra, em função de seu uso e ocupação, a maior parte dos postos de trabalho, das ofertas de educação e saúde, das oportunidades de lazer, esporte, entretenimento e cultura no DF. É fato que cada Região Administrativa tem sua própria

¹HARVEY, David. O DIREITO À CIDADE. Edição 82. São Paulo:2013. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/> Acesso em 29 mai 2018.

identidade, mas a diversidade deve ser uma virtude urbana e não o reflexo de desigualdades.

O crescimento urbano desordenado, fomentador das desigualdades, tem origem no próprio processo de ocupação do DF, com o prematuro e inadequado assentamento (excludente) de populações mais pobres nas cidades-satélites durante a construção de Brasília. A atração migratória e o intenso crescimento populacional nas décadas de 1960 e 1970, a fragilidade do controle sobre a terra pública, a especulação imobiliária, as ocupações irregulares em diferentes regiões e por diferentes classes sociais, o planejamento tecnocrático distanciado dos desafios socioespaciais vigentes, a negligência do poder público com o direito básico à moradia, a falta de participação social nas decisões sobre o território e outras tantas disfunções urbanas forjaram a ocupação e o uso do território do DF ao longo de quase seis décadas de fundação da capital.

Segundo a PDAD/DF 2015, 22,15% do total de domicílios no DF estão em situação irregular. Desagregados por Região Administrativa, esses dados apontam situações especialmente críticas em Vicente Pires (99,5% de domicílios em situação irregular), no SCIA/Estrutural (97,8%), no Jardim Botânico (84,4%) e no Paranoá (82,9%). Diferentemente de outras cidades do Brasil, em Brasília a questão da irregularidade na titulação de imóveis não se limita às áreas com populações pobres: cerca de 50% dos casos de irregularidade fundiária envolvem domicílios com famílias de média e alta renda.

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) considera que a demanda habitacional do DF é de 160 mil famílias. O déficit habitacional (precariedade habitacional, coabitação, adensamento excessivo em locação e ônus excessivo com aluguel) chega a 110 mil famílias (11% da população). Problemas de inadequação habitacional (ausência de infraestrutura urbana, casas sem banheiros, coberturas inadequadas e problemas fundiários) se concentram nas RAs de Ceilândia, São Sebastião e Candangolândia, Varjão e SCIA-Estrutural.

De toda forma, as principais desigualdades urbanas entre as Regiões Administrativas se refletem na distribuição e qualidade dos equipamentos públicos da infraestrutura social (escolas, unidades de saúde, unidades de assistência social, espaços públicos para atividades esportivas e culturais), na frequência e regularidade do transporte coletivo e na distribuição e característica das atividades econômicas. Para esta última variável, destaca-se que 41,53% dos postos de trabalho estão localizados no Plano Piloto; 7,71%, em Taguatinga e 7,29% em Ceilândia. Nas demais localidades, as atividades econômicas são fragmentadas e pouco expressivas.

As diretrizes do Plano de Governo no tema do Uso e Ocupação do Território se enfeixam em três *grandes dimensões*: eficiência institucional, apropriação democrática da cidade e estrutura urbana.

Ações:

Eficiência Institucional

1. Promover a organização institucional integrada para o planejamento e gestão do território, nos primeiros 100 dias de governo.
2. Promover a coesão e coerência entre os instrumentos públicos de planejamento e ordenamento territorial, com a participação e validação de todos os órgãos envolvidos, nos dois primeiros anos de governo.

Apropriação democrática da cidade

1. Mapear coletivos e organizações no campo social, que atuam na perspectiva do direito à cidade, em todas as RAs (área urbana e rural), no primeiro trimestre de governo.
2. Planejar, validar (consulta pública) e implementar com a sociedade, diferentes estratégias de ocupação dos espaços públicos de forma multidimensional, com atingimento de resultados concretos já no primeiro ano de governo, em pelo menos três Regiões Administrativas.
3. Fortalecimento institucional dos diferentes conselhos que tem sua atuação relacionada ao ordenamento, uso e ocupação dos territórios para que, junto à sociedade, proponham e acompanhem a implementação de ações de um Plano de Bairro em todas as RAs.
4. Descentralizar o orçamento e instituir capacidade técnica para que a Administração Regional o implemente.

Estrutura Urbana

1. Promover uma política de desenvolvimento urbano integrada e articulada com demandas de coletivos e organizações sociais com os meios para realizá-las, por meio da coordenação de esforços entre sociedade, conselhos, órgãos e Secretárias do DF e o Governo Federal, além da gestão participativa dos recursos do FUNDURB, principal fonte de recursos dessa política.
2. Compor grupo intersetorial com força-tarefa para regularização de pelo menos 50% das ocupações historicamente consolidadas no DF, com observação e gestão sustentável dos condicionantes ambientais.
3. Construção de novas unidades habitacionais e reforma de casas inadequadas, com o objetivo de entregar 80.000 casas apropriadas até o final do governo, priorizando a população mais empobrecida.
4. Elaborar concurso público de projeto e apoio a, pelo menos, três propostas para a reurbanização de espaços/vias estratégicos nas RAs, com o propósito de estabelecer usos e ocupações que fortaleçam o cumprimento do direito à cidade e promovam a diversificação de soluções de moradia em áreas já urbanizadas.
5. Implantando projetos de reapropriação e ressignificação dos grandes equipamentos públicos, em diálogo com a sociedade.
6. Com base nos Planos Coletivos do Bem Viver, junto às administrações locais, aos Conselhos Locais de Planejamento e ao Conselho Comunitário, implementar a ampliação e/ou qualificação física e funcional das infraestruturas urbanas e sociais de cada RA.

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Mais de 40% da população do DF se deslocam – todos os dias – por transporte motorizado individual (veículos particulares), enquanto, no restante do país, esse índice é, em média, de 30%. Já os modos ativos representam, na capital, 23% dessa repartição, enquanto que a média brasileira é de 40%. A frota do DF ultrapassou 1.735.000 veículos em abril de 2018.

É preciso redescobrir o papel social da rua, não apenas como o canal para uma circulação eficiente, mas como espaço público qualificado. O desafio de tornar Brasília mais democrática deve, sem dúvida, priorizar: i) equidade e democratização dos acessos ao espaço público; ii) reavaliação do Sistema de Transportes Público Coletivo; iii) infraestrutura dos modos ativos; iv) integração dos modos de transportes; v) oferta de transportes públicos complementares e de baixo custo: e vi) redução da poluição ambiental (emissão de poluentes). Com isso, daremos o primeiro passo na construção de uma cidade modelo de acessibilidade e inclusão.

A malha viária do DF tem 11.678,48 km; desses, 6.720,63 km são de domínio da Novacap. O restante são rodovias ou estradas vicinais vinculadas ao Departamento de Estradas e Rodagens.

A tarifa atual empregada é a tarifa técnica, que representa o custo do sistema, mais a margem de lucro de cada empresa – conforme definido na licitação, dividido pelo total de usuários em cada bacia. A tarifa técnica é mais onerosa que a tarifa usuário, o que significa que o contratante, o GDF, precisa subsidiar a diferença entre o que o usuário paga e a tarifa técnica cobrada pelas empresas. Além disso, o GDF repassa às empresas as gratuidades referentes ao passe livre estudantil e pessoas com deficiência também com base na tarifa técnica – para o que há questionamentos judiciais, pois há o entendimento de que poderia ser pela tarifa usuário. O GDF também arca com os custos da integração: Se um usuário pegar dois transportes e usar o cartão que permite integração, pagando a apenas uma passagem, o poder público deve pagar as empresas as tarifas técnicas referentes às demais viagens.

Ademais, o contrato atual foi assinado a partir de uma previsão de receita que, se frustrada, deve ser compensada pelo contratante, isto é, o governo. É necessário rever os contratos para beneficiar não apenas as empresas, mas as pessoas, que ainda sofrem com a quantidade de ônibus disponíveis!

A rede de transporte público coletivo do DF possui 30 terminais de ônibus. Além destes terminais para uso doméstico, há outros dois utilizados com as linhas do serviço de transporte semiurbano, no atendimento à RIDE: o terminal do Turing, na área central do Plano Piloto, e um terminal provisório em Taguatinga Norte, na Avenida Elmo Serejo, próximo ao novo centro administrativo do Governo do Distrito Federal.

As frotas operam com redução nos finais de semana, chegando operar no sábado com 60% da frota/frequência e no domingo com 30% da frota/frequência de um dia útil.

É fundamental uma análise no equilíbrio econômico financeiro dos contratos vigentes, pois apenas **40% da frota atualmente está operando com GPS.**

O Sistema Ciclovitário do DF conta hoje com 461 km e com 45 Estações de Bicicletas Compartilhadas até o final do ano (todas no plano piloto).

Já o sistema metroviário do DF conta atualmente com duas linhas - Samambaia e Ceilândia. O horário de funcionamento é de 6h às 23h30 (de segunda a sábado) e 7h às 19h (domingo).

Ações:

Mobilidade ativa

1. Propor e implementar Política de Mobilidade a Pé e Política de Ciclomobilidade
2. Programa de Ciclovias e Calçadas, com a construção de um diagnóstico compartilhado e a definição das prioridades com amplo processo de participação popular.
3. Expandir o número de paraciclos e criar bicicletários para reforçar a integração entre ciclomobilidade e os modais coletivos).
4. Regulamentação da Lei 1260/2012, que prevê a instalação de Racks para o transporte de bicicletas nos ônibus.

Melhoria na qualidade do serviço de transporte coletivo

1. Revisar os contratos do Sistema de Transporte Coletivo, visando redução da tarifa e ampliação do número de ônibus.
2. Propor a Fusão da TCB e do Metrô-DF, numa única empresa para operar e gerenciar o transporte coletivo do DF, com responsabilidade sobre a bilhetagem.
3. Pulverização dos pontos de vendas dos cartões de transporte, de modo a facilitar a vida do usuário e aumentar a segurança do Sistema.
4. Implementar na totalidade e com qualidade e integração tecnológica a Central de Controle Operacional e o Sistema de Informação ao usuário no Transporte Público
5. Implementar a integração plena dos modos de transportes.
6. Concluir o BRT Sul, com integração com o Metrô, e efetivar a operação do corredor Oeste na EPTG.
7. Implantar VLT, entre esplanada do ministérios e a Rodoferroviária.
8. Criação de tarifa reduzida nos dias de domingo e gratuidade do metrô, aumentar o horário de funcionamento do metrô nos finais de semana (Sexta e Sábado 2 horas e Domingo 3 horas)
9. Criação de GT de violências contra a mulher nos TP e de campanhas educativas e criação de canal para denuncia de abusos nos transportes públicos

Melhoria na gestão do serviço de transporte coletivo

1. Qualificar a fiscalização das fraudes do STPC.
2. Dar total transparência nos contratos de concessão seguindo as regras mais objetivas de eficiência e eficácia, aplicadas com foco no direito social que é o transporte público de qualidade é um
3. Reativar os Conselhos de transportes nas RA's
4. Criação de uma Comissão Permanente de Acessibilidade – Interinstitucional
5. Criação do Observatório de Mobilidade Urbana

Redução do número de vítimas mortas em acidentes de trânsito

1. Campanhas educativas de trânsito incluindo campanhas de respeito ao ciclista e de respeito ao pedestre
2. Controle e diminuição das velocidades das vias (trafficcalming)
3. Estudos de redimensionamento das faixas de rolamento nas vias urbanas (conforme previsto nos manuais de tráfego)

SANEAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Cumprindo uma determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada em agosto de 2010, e implementando uma das definições do PDGIRS, o governo iniciou em janeiro de 2017 a operação do Aterro Sanitário de Brasília (ASB), primeiro do Distrito Federal. A obra dividida em quatro etapas ainda não estão concluídas. Fez parte da operação o fechamento do Lixão da Estrutural, considerado o segundo maior lixão do mundo. É reconhecido que as obras do aterro e o fechamento do lixão representam passos necessários para o início da reversão das condições de disposição inadequada dos resíduos sólidos coletados pelos serviços públicos no DF. Entretanto, importantes medidas complementares ainda são necessárias. A implementação, na totalidade, do acordo definido com os 2mil catadores que atuavam na Estrutural é uma questão urgente e que envolve o pagamento mensal pela recuperação de resíduos sólidos e a construção de mais galpões a recepção, triagem, prensagem, enfardamento, armazenamento e comercialização dos resíduos. Também é necessária a ampliação e modernização das práticas de coleta seletiva, triagem, compostagem e disposição final de rejeitos.

De acordo com o Plano PDGIRS Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS) no DF são gerados aproximadamente 900.000 toneladas de resíduos domiciliares dia (dados de 2017). Desse total, aproximadamente 280.000 toneladas são potencialmente recicláveis e menos da metade é coletado de forma seletiva. Dos resíduos orgânicos, a compostagem apresenta 25% de eficiência de processamento.

Considerando o volume de rejeitos produzidos diariamente no DF, se as quatro etapas do Aterro o Aterro Sanitário de Brasília (ASB) estivessem concluídas, a vida útil dele não chegaria a 14 anos. Isso revela urgente apresentação de alternativas para a

disposição final desses rejeitos em curto prazo concomitante a implementação de programas e ações que reduzam geração per capita de resíduos.

Ações:

1. promover apoio institucional para iniciativas como a do Instituto Ecozinha, a partir de propostas que envolvam concessão de incentivos fiscais, tal como preconiza a própria política distrital em seu artigo 36, com vistas a induzir projetos que visem a adequada gestão dos resíduos.
2. Incrementar a inserção dos catadores de materiais recicláveis na coleta seletiva.
3. Iniciar as devidas articulações com a coalizão de empresas que assinaram o acordo setorial do sistema de logística reversa de embalagens em geral a fim de implantar o referido sistema no DF, o que deve desonerar o GDF em parte dos custos com a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Além disso, essa parceria propicia ações diretas às associações ou cooperativas de catadores e tende a alavancar a indústria da reciclagem no DF.
4. Ações que dependam de linhas de financiamento externo devem ser alimentadas, uma vez que existe uma série de organismos, nacionais e internacionais, que financiam bons projetos na área de resíduos.

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Especificamente no Distrito Federal, o desmatamento do Cerrado está fortemente ligado ao intenso adensamento populacional e à conseqüente conversão de áreas rurais em núcleos urbanos. Restam apenas fragmentos esparsos de Cerrado no DF, com baixa conectividade, localizados, em sua maioria, dentro de Unidades de Conservação. Entretanto, o fato desses remanescentes de Cerrado estarem em áreas protegidas não impede que eles sofram ameaças. O desmatamento provoca a redução das funções ecossistêmicas do bioma, como produção e armazenamento de água no subsolo, fixação de carbono, fluxos gênicos, entre outros. Nas áreas em que vem ocorrendo expansão urbana, especialmente para dar lugar a ocupações irregulares, o desmatamento surge associado à disposição inadequada de resíduos, poluição do solo e dos recursos hídricos e inserção de fauna e flora exóticos.

As melhorias da qualidade ambiental no Distrito Federal passa inevitavelmente pelo combate ostensivo ao desmatamento, pela recuperação de áreas degradadas, pela conservação de todo ecossistema que envolve os mananciais de abastecimento, por mudanças radicais no padrão de urbanização e pela redução da geração de resíduos e de poluição, em especial a emissão de gases de efeito estufa.

Em relação à demanda hídrica tem-se que o crescimento acelerado da população levou ao aumento do consumo da água para atividades urbanas (usos doméstico,

comercial e industrial), que no DF representa 80% da demanda total por água, sendo que desse total, o uso doméstico representa quase 70%, uma vez que 10% desse consumo é de responsabilidade do comércio e menos de 1% da indústria. As atividades rurais, por sua vez, são responsáveis por 20% do total da água consumida no DF, ou seja, devem ser trabalhadas especialmente essas duas frentes: usos doméstico e rural.

É importante ressaltar que o consumo per capita de água no DF é um dos maiores do Brasil, mas bastante desigual quando se considera as diferentes faixas de renda da população.

Sobre as a emissão de gases de efeito estufa destaca-se que quase 50% está relacionado à elevada taxa de motorização do DF. Embora as queimadas sejam objeto de preocupação e demandem planos e programas de combate a incêndio para proteção da fauna e da flora, elas representam apenas 2% das emissões. Mas os impactos ambientais, para além da emissões, são reais e bastante preocupantes. Segundo o Corpo de Bombeiros no ano de 2017 mais de 4mil hectares foram consumidos pelas chamas no DF e 95% dos incêndios foram provocados por ação humana. As queimadas criminosas além de aumentarem a temperatura do ar, ameaçar espécies raras do bioma cerrado e impactar para além do ciclo natural da seca na região, agravam a crise hídrica do DF.

Ações:

1. Mapear e promover a recuperação das áreas desmatadas e degradadas priorizando a intervenção nos espaços em que seja necessário cobrir e solos e recuperar a vegetação em áreas com potenciais erosivos e em condição de alta vulnerabilidade;
2. Fazer a ligação de todas as unidades de conservação (existentes e novas) e de outras áreas vegetadas do cerrado a fim de formar corredores ecológicos;
3. Desenvolver e implementar programa de alto impacto, com incentivos fiscais e financeiros aos proprietários de terras, para a recuperação de matas ciliares e outras Áreas de Proteção Permanente incluindo conservação de florestas nativas e aproveitamento sustentável da biodiversidade;
4. Estabelecer estratégias assertivas e tempestivas na implementação do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal;
5. Fazer ampla campanha de combate ao incêndios criminosos;
6. Desenvolver programas ecológicamente adequados que potencializem economicamente as cadeias produtivas do Cerrado incluindo os produtos da sociobiodiversidade e os recursos florestais promovendo também à inclusão dos povos e comunidades tradicionais
7. Modernizar e fortalecer órgãos ambientais de monitoramento e fiscalização, com definição clara de suas atribuições na formulação e implementação de políticas ambientais
8. Implementar programas de educação ambiental que promovam o engajamento e a participação da população na recuperação e proteção do meio ambiente;

9. Planejamento estratégico para a produção e conservação de água no DF, de modo a garantir água em quantidade e qualidade, a preços acessíveis, para abastecimento urbano e rural no longo prazo, no âmbito da RIDE;
10. Modernização da gestão e implementação de meios tecnologicamente eficazes para o monitoramento e manutenção e do sistema com foco na redução de perda hídrica (atualmente na ordem de 35% - fonte CAESB)
11. Efetivar a captação de água em Corumbá 4 para o abastecimento de Brasília
12. Instituir programa que premie o uso eficiente da água no setor industrial e agrícola;
13. Realização de campanhas educativas para uso e consumo conscientes da água, e proteção do lençol freático

ARTE, CULTURA E PATRIMÔNIO

Há um duplo complexo em relação à cultura do Distrito Federal que precisa ser estrategicamente combatido. Primeiro, é preciso manter Brasília em sua missão pulsante de ser uma capital cultural e patrimônio da humanidade. Segundo, é urgente descentralizar as ações culturais do Plano Piloto em relação às cidades do DF.

Se por um lado será preciso cuidar, preservar e prospectar a cidade-tombada, por outro haverá de se criar um projeto para diminuir as diferenças de acesso, fruição e infraestrutura nas cidades do DF, que possuem uma intensa produção cultural espontânea, mas que se mantêm fragmentada e sem uma rede de apoio capaz de colocar esses criadores em constante movimento.

O compromisso é aproximar essa distância que tira do cidadão/artista das cidades do DF o direito básico e constitucional do acesso à cultura. Inacreditavelmente, existem regiões administrativas que não possuem um único teatro público aberto à população. A concentração de museus, cinemas e espaços culturais de multiuso também se faz de forma aviltante na capital da República. Em alguns casos, como o Teatro Nacional Claudio Santoro, esses espaços encontram-se fechados em uma arrastada reforma que atravessou os quatro anos do atual governo.

O Distrito Federal tem potencial para um plano de turismo capilar, capaz de beneficiar economicamente as 31 cidades do DF. Das rotas rurais, com hotéis-fazendas de boa estrutura, ao turismo de fé, como o Vale do Amanhecer, o fluxo rumo aos limites que demarca o Plano Piloto deve ser estimulado e associado aos fazeres e saberes culturais de cada território.

As diretrizes do Plano de Governo no tema Arte, Cultura, Patrimônio e Turismo se enfeixam em três grandes dimensões: requalificação dos equipamentos/monumentos do Plano Piloto e intensificação de rotas de turismo;

descentralização da cultura de Brasília para o Distrito Federal; e criação da Rede Cultural do DF.

Ações:

Requalificação dos equipamentos/monumentos do Plano Piloto e intensificação de rotas de turismo

1. Ampliar as discussões no Plano de Conservação do Patrimônio Histórico de Brasília entre governo e sociedade civil para manter a capital-tombada fora das ações não recomendáveis da Unesco
2. Priorizar a recuperação e manutenção dos equipamentos dentro da área tombada
3. Desenvolver um plano de ação para eliminar irregularidades que afetam o tombamento
4. Recuperar e preservar os equipamentos culturais e públicos do DF.
5. Realizar o diagnóstico do andamento de cada equipamento cultural fechado ou em vias de fechar da capital-tombada e estabelecer um cronograma de recuperação que seja transparente à sociedade. Hoje, sabe-se que o Teatro Nacional está licitado em obras, mas se desconhece o calendário. A população não tem ideia de quando voltará a contar com o espaço.
6. Realizar o diagnóstico dos equipamentos em funcionamento e tornar esses equipamentos em acessíveis à população com articulações funcionais entre cultura, educação e turismo, envolvendo a sociedade civil, as empresas privadas, o estado e a classe artística na ocupação desses espaços. Há salas e auditórios no Complexo da República, por exemplo, que ficam vazios quase o ano inteiro, sendo ocupados para reuniões internas, quando grupos e artistas do DF não têm condições de se apresentar em Brasília.
7. Recuperar e manter os monumentos públicos do DF, permitindo que haja intensa atividade transdisciplinar com a educação e cultura.
8. Desenvolver um programa de turismo sustentável e capilar para as 31 RAs, interiorizando as rotas de turismo do DF.
9. Desenvolver um programa nacional de incentivo ao turismo no DF, ampliando a captação da rede de turismo de eventos e estabelecer e incentivar um calendário de eventos no DF capaz de fomentar o turismo para além da vocação de turismo de eventos, como o carnaval, as festas populares e religiosas.
10. Promover a intensificação das visitas aos monumentos do DF não só de Brasília, mas das cidades do DF. Há pouco movimentação de turistas rumo a Taguatinga para conhecer pontos como a Praça do Relógio, Ceilândia, a Casa do Cantador. Não há formação de rotas turísticas rumo as potencialidades das cidades, que podem ser desenhadas por sub-regiões agregando potencial cultural, turismo ecológico e religioso (ponto forte do DF)

Descentralização da cultura de Brasília para o Distrito Federal

1. Dotar de forma escalonada a Secretaria de Cultura de Orçamento próprio a fim de desenvolver ações previstas pela proposta para além do FAC, implementando o que está previsto na LOC. Estabelecer assim ações de cultura nas 31 RAs de forma intensa e substancial que consumam ao menos 50% dos recursos destinados.
2. Estabelecer uma potente rede de trocas e intercâmbios entre os fazedores de cultura do DF a fim de aumentar o intercâmbio interno e externo, inclusive com recurso do FAC para intercâmbios.
3. Mapear culturalmente cada cidade do DF, em diálogo intenso com os Conselhos de Cultura.
4. Aproximar a comunidade escolar da comunidade por meio da ocupação cultural, estimulada por editais do FAC. Na maioria das escolas, há auditórios que podem abrigar saraus e pequenos espetáculos e shows.
5. Identificar espaços, como ginásios, feiras ou equipamentos do estado abandonados, para possível ocupação cultural
6. Dialogar com a Secretaria dos Esportes para envolver artistas das cidades em ações de lazer a céu aberto
7. Qualificar os espaços culturais por meio do programa Cultura Viva, que destina recursos para ações com a comunidade
8. Estimular e investir a criação de cineclubes nesses espaços com doação de kit básico
9. Estimular e investir na criação de projeto de estímulo à leitura por meio de criação de pontos de leitura
10. Estimular e investir em ações culturais de grupos culturais vulneráveis nas cidades como quilombolas, ciganos, LGBT e negros, que aumentam a representatividade desses segmentos na produção cultural
11. Estimular e investir em ações de cultura popular como grupos de escolas de samba, grupos juninos e de cultura regional, que envolvem uma comunidade extensa, sobretudo de jovens
12. Estimular e investir na descentralização do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, ocupando as cidades com ações formativas e exibição de filmes
13. Reabrir as discussões entre sociedade civil, classe artística e governo sobre os limites atuais da Lei do Silêncio observando aspectos que envolvem todos os lados.

Rede cultural do DF

1. Promover o intercâmbio, a difusão e o acompanhamento do desenvolvimento de toda cadeia produtiva do fazer artístico, assim como difundir e estimular o consumo, a participação e a integração da sociedade com a arte e a cultura produzida nas diferentes cidades do DF, além promover o desenvolvimento integrado no território e difusão da identidade cultural local.

2. Promover a formação, qualificação e profissionalização de entes e agentes culturais do DF a partir da descentralização.

ESPORTE E LAZER

A Secretaria de Esporte Turismo e Lazer do DF vem desenvolvendo políticas públicas que optam por reforçar a condição atual de segregação do DF, seja na distribuição geográfica de infraestrutura e equipamentos (com concentração dos mesmos na região do Plano Piloto); seja nos serviços oferecidos (com ênfase no modelo de práticas orientado pelo esporte de rendimento essencialmente concorrencial e competitivo); ou ainda na forma de gestão adotada (centrada no modelo de O.S. e, portanto, pouco participativa).

Para modificar essa realidade é necessário qualificar projetos e programas sociais que alavanquem o potencial esportivo e de lazer de forma sustentável, inclusiva e participativa nas regiões administrativas. É fundamental garantir equipes multiprofissionais com a presença dos professores de educação física e educadores/agentes sociais de esporte e lazer nos quadros da secretaria de esporte e lazer para promover e estimular a convivência social e a diversidade das práticas corporais e esportivas para o bem-viver em todas as etapas da vida. É importante também identificar ações e parceiros que já estejam atuando nas comunidades utilizando os espaços disponíveis, e fomentar o uso das praças, parques, quadras, campos, a orla do Lago Paranoá, os Centros Olímpicos, os ginásios, os estádios, e as escolas, de forma mais democrática e participativa.

A infraestrutura e os serviços de esporte e lazer oferecidos encontram-se concentrados na parte central do DF (Plano Piloto) e tornam-se esparsos e escassos nas demais regiões administrativas do DF. Um dos equipamentos existentes nas áreas periféricas – os Centros Olímpicos - poderiam modificar esse cenário, porém carecem de uma presença mais ativa do Estado na sua gestão e na orientação de seu uso como instrumento de correção de iniquidades.

As principais políticas da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Governo do DF nos últimos governos foram centradas num **modelo de gestão** de parceria público privada, desfavorável aos interesses públicos. Um exemplo é a opção pela agenda dos megaeventos esportivos (como Copa do Mundo e Olimpíadas) que, a despeito do apelo emotivo, é um modelo centrado em estruturas grandes e onerosas, insustentáveis e pouco democráticas em seu acesso. Em decorrência da ausência de uma política transparente e democrática para todo o **Complexo Esportivo Ayrton Senna**, as obras relativas à Copa do Mundo de 2014 foram marcadas pela corrupção e pelo processo de privatização do Estádio Nacional Mané Garrincha.

O maior **equipamento** esportivo do GDF é o **Centro Poliesportivo Ayrton Senna**, localizado em uma área de 1,6 milhão de m² na Asa Norte vizinho ao Centro de Convenções Ulysses Guimarães, é composto pelo **Estádio de futebol Mané Garrincha** (com capacidade para 72.788 pessoas); o **Ginásio Nilson Nelson** (com capacidade para 12.000 pessoas); e o **Conjunto Aquático Cláudio Coutinho** com piscina olímpica,

tanque de saltos ornamentais e arquibancadas para 5.000 pessoas. Há ainda o **Autódromo Internacional Nelson Piquet**, fechado desde 2014 e em vias de ser repassado para administração de uma empresa particular por meio de uma parceria público-privada. O custo de manutenção desses espaços é muito elevado e os mesmos são subutilizados pela população. Como forma de arrecadação, o Decreto Nº 34.561 de 9 de agosto de 2013 dispõe sobre a utilização desses grandes espaços esportivos para eventos.

Quanto à questão de **recursos humanos**, a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do DF não realiza concursos para professores de educação física atuarem nos programas e os mesmos precisam ser cedidos pela Secretaria de Educação. Ainda, o DF foi o único “estado” da Federação que não criou o cargo de professor de educação física na área da saúde e, assim, apresenta dificuldades para implementar projetos e programas de práticas corporais ligadas à saúde e à qualidade de vida, como o Programa Academias da Saúde fomentado pelo Ministério da Saúde. Essas informações demonstram como o DF, embora seja a capital do país, encontra-se atrasado em termos de políticas públicas para as áreas sociais, sobretudo numa perspectiva intersetorial.

Ações:

1. Democratizar e fortalecer o Conselho Distrital de Esporte e Lazer, com maior representatividade da sociedade com cunho consultivo e deliberativo;
2. Fomentar a constituição de conselhos para gestão, revitalização e qualificação dos equipamentos públicos de esporte e lazer nas cidades, incluindo programação com oficinas, práticas de esporte e lazer e manifestações culturais gratuitas;
3. Criação de Programa de Apoio às Pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer no DF;
4. Estabelecer mecanismos de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Esporte e Lazer, garantindo transparência e controle social;
5. Realizar permanentemente diagnósticos participativos (envolvendo tecnologia colaborativa como aplicativos e redes sociais) que permitam o levantamento dos equipamentos, espaços e projetos de Esporte e Lazer existentes, articulados a uma política de fortalecimento da rede existente; bem como de construção ou ressignificação de equipamentos, espaços e projetos em áreas que não os possuem, a partir de relações intersetoriais com Educação, Saúde, Mobilidade, dentre outros setores;
6. Induzir e apoiar a realização da Conferência Distrital de Esporte e Lazer;
7. Promover a cooperação esportiva nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, envolvendo as embaixadas sediadas no Distrito Federal, no apoio aos programas e projetos sociais de esporte e lazer nas comunidades.
8. Incluir a temática do Esporte e Lazer no Orçamento Participativo com a intervenção e deliberação da sociedade na utilização dos recursos;

9. Democratizar e tornar transparente o Fundo de Apoio ao Esporte e aplicação de seus recursos, tendo como prioridade a garantia do esporte e lazer como direitos;
10. Rediscutir democraticamente os programas relativos à formação de atletas brasileiros (Bolsa Atleta e Compete Brasília);
11. Promover auditoria nas contas relacionadas à Gestão dos Centros Olímpicos e do processo de privatização em curso do Complexo esportivo Ayrton Senna e do Estádio Nacional Mané Garrincha.
12. Estabelecer uma política distrital de manutenção, construção e ressignificação de espaços e equipamentos de vivências esportivas e de lazer;
13. Criar o Programa Esporte e Lazer da Cidade do DF com oficinas de esporte e lazer como artesanato, dança, skate, futebol, basquete, vôlei, música, lutas, artes marciais, entre outras manifestações culturais, para todas as idades e em todas as cidades do DF;
14. Fortalecer e integrar os Programas Ginástica nas Quadras, Centros de Iniciação Desportivas, Bombeiro Mirim, Picasso não Pichava, Esporte à Meia Noite, Oficinas Sócio-Educativas e Programa Mestres do Saber, Programa Pequeno Mestre, entre outros;
15. Implementar um Programa de fabricação de equipamentos e materiais esportivos: as Fábricas Sociais de Esporte e Lazer.
16. Desenvolver programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais que favoreçam manifestações com diversidade de gênero, racial, regional, etc. e combatam o preconceito;
17. Apoiar os esportes paraesportivos e inclusivos, com a criação de núcleos nas regiões administrativas;
18. Desenvolver projetos e programas que promovam a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, relativas à obrigatoriedade de conteúdos e práticas da culturas afro-brasileira e indígena;
19. Garantir a participação dos movimentos LGBTTs no âmbito da formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais, e promover encontros e torneios de equipes mistas e representativas da diversidade sexual;
20. Garantir apoio institucional e incentivo financeiro ao futebol feminino com equipes e um calendário anual;
21. Estabelecer um calendário distrital de festivais, torneios e competições esportivas nas diversas modalidades, definindo uma estratégia de articulação e fortalecimento de práticas corporais, esportivas e de lazer;
22. Em grandes espaços como o Complexo esportivo Ayrton Senna e o Estádio Nacional Mané Garrincha, garantir cota de ingressos sociais a preços acessíveis para jogos e eventos, como contrapartida social dos recursos públicos e renúncias fiscais recebidos por clubes e produtoras;
23. Garantir Programa social de esporte e lazer de cunho distrital que vise a ocupação de grandes áreas públicas (como o Lago Paranoá) com práticas

- corporais, esportivas e de lazer de caráter contínuo, permanente e integrado a outros setores (como educação, saúde, turismo e mobilidade);
24. Revitalização do Eixão do Lazer, com fomento a eventos, e ampliação da ideia para todas as regiões administrativas do Distrito Federal;
 25. Incentivar projetos de mobilidade urbana, de forma intersetorial, que visem ampliação da mobilidade ativa e uso das ciclovias, com articulação dos bairros e melhoria de acesso aos equipamentos e eventos de esporte e lazer.

Eixo V – O Povo Governa

PARTICIPAÇÃO SOCIAL - PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO COM O POVO

O povo governará. A nossa vitória não será uma vitória de uma chapa, de um partido; será a vitória do povo, das pessoas desempregadas, dos moradores das cidades satélites, das pessoas que são solidárias à dor de todas e todos. Essas pessoas participarão das decisões e da gestão das cidades conosco. **A participação social será um valor fundamental a ser aplicada por todas as áreas do governo, essa será a grande inovação da nossa gestão.**

Num contexto de forte crise de representatividade, o Governo do PSOL para o Distrito Federal buscará reverter essa tendência. Sem negar a Política, queremos aproximar o povo das instâncias de poder. Queremos governar com o povo, para atender às suas prioridades, e não as prioridades de empresários e lobistas que parecem ter acesso irrestrito aos palácios.

A democracia será fortalecida pela valorização das posições populares ao longo de todo o período de governo. Isso significa aproveitar todos os canais possíveis para o Estado receber as demandas e sugestões da população. Já no primeiro contato do cidadão com os braços do governo que devem acolher a todas as pessoas que necessitam, precisamos ter o retorno sobre a qualidade dos serviços prestados e o nível de satisfação do cidadão. Vamos avaliar nossa gestão e adotaremos medidas de qualificação dos serviços a partir do olhar do público.

Além disso, vamos promover a ativação dos conselhos de participação social em todos os órgãos da administração pública, direta e indireta - o que inclui as empresas estatais. Obviamente, isso deve ser flexível para se adequar às realidades de cada órgão, o importante é ouvir os usuários dos serviços públicos para entender como melhor atendê-los, quais são suas críticas, suas ideias. Precisamos, a partir desse processo, construir cidadania, discutir também a Política por trás da gestão. Isso inclui também os conselhos de representantes comunitários das administrações regionais, conforme previsto na Lei Orgânica do DF.

Junto com isso, constituiremos um Conselho Social do Governo - o nosso **Conselho para o Bem Viver**, que substituirá o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com reuniões periódicas, transparentes, para compartilhar as mais importantes decisões das políticas públicas que afetam as nossas cidades.

Queremos uma rede de participação que envolva todo o Governo. Dos conselhos de usuários dos serviços, conselhos setoriais de políticas públicas e um Fórum interconselhos, para discutir a transversalidade e intersetorialidade das políticas públicas, além Conselho Social do Governo. O nosso centro de governo incluirá o povo.

Nossos processos de planejamento e orçamento também serão participativos. É importante fortalecer a aliança do governo com o povo nas cidades, também na definição dos planos e do orçamento. Vamos reservar recursos para isso, e tratar esses recursos de forma prioritária, sem contingenciamento. O que o povo decidir, tem que ser feito, dentro de um plano estratégico para o bem viver daquela comunidade.

Não só o governo faz. As comunidades têm cada vez mais protagonismo na organização e gestão dos seus territórios, de forma cooperativa, associativa, colaborativa. Acreditamos no fortalecimento das iniciativas de gestão local, e já há várias iniciativas sendo experimentadas em várias localidades de apropriação do espaço público pelas comunidades. Apropriação num sentido de pertencimento, de cuidado, que criam dinâmicas colaborativas comunitárias interessantes. Desde moradores que se juntam para cuidar do parquinho da sua quadra, de fazer uma horta comunitária, grupos de moradores atentos às questões de segurança de cada quadra. São iniciativas autogestionárias que merecem a atenção do poder público.

Ainda, é preciso utilizar as ferramentas tecnológicas e a internet para aproximar o povo do governo, tanto promovendo políticas de transparência ativa, como consultando a população sobre a qualidade dos serviços públicos e opinando nas várias decisões que o governo precisa tomar. É aí o primeiro passo para se fiscalizar a administração pública, sempre mantendo todos os dados abertos à consulta de toda a população, mas também com transparência a respeito dos seus processos de trabalho. No entanto, não hesitaremos em promover processos de consultas formais por meio de plebiscitos, em temas fundamentais para o bem viver nas nossas cidades.

A gestão inovadora é participativa. A busca por novas respostas aos problemas cada vez mais complexos das políticas públicas exige estruturas e agentes abertos a contribuições externas. A ouvidoria do GDF será fortalecida, buscando complementar sua ação atual não só com o acolhimento de pedidos de informações e reclamações, mas com o apoio no processo de internalização das sugestões e envolvimento do cidadão, além de ações afetas aos próprios servidores e também a transparências e denúncias de práticas nocivas de agentes públicos.

Ações:

1. Avaliação dos serviços públicos pelos usuários
2. Ativação e fortalecimento de conselhos de políticas públicas e em órgãos estatais.
3. Planejamento e Orçamento participativo nas cidades.
4. Criação do Conselho do Bem Viver, em substituição ao Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, com a valorização dos coletivos e movimentos que cuidam da cidade.
5. Fortalecimento das ouvidorias
6. Transparência ativa de dados e processos
7. Criação de laboratório de inovação em governo

TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO

O PSOL é um dos poucos partidos políticos que tem autoridade moral e ética para se apresentar de forma contundente com medidas de combate à corrupção. Diante da crise política que o país atravessa, o PSOL está livre de denúncias de envolvimento em esquemas fraudulentos que assaltaram o país.

A postura do PSOL e sua proposta de governar com o povo é a primeira bandeira de atuação contra a corrupção. O povo, estando ao lado do governo e dos agentes públicos, não tolera desvios moral e ético. Por isso, com o povo governando ao nosso lado, teremos vários olhos atentos a qualquer eventual desvio de conduta dos agentes públicos ou privados que prestam serviço ao governo.

A primeira medida prática para isso é **fortalecer as ouvidorias** dos órgãos, fortalecendo suas capacidades para o desenvolvimento de projetos específicos para o recebimento e tratamento de denúncias de atos de agentes públicos que apresentem qualquer desvio de legalidade e moralidade. Da mesma forma, acolhendo os próprios servidores, desenvolveremos projeto específico contra o assédio e (micro)agressões no ambiente de trabalho, além de projeto para receptionar e encaminhar, junto aos órgãos da administração pública, as sugestões para soluções inovadoras na gestão. A ouvidora como a porta para um laboratório de inovação em governo, recebendo qualquer ideia que os cidadãos encaminhem.

A burocratização de processos na administração pública é fonte de pequenas corrupções. Soluções para desburocratização e inovação no setor público são fundamentais para superar pequenas corrupções. Por isso, promoveremos uma **Política Distrital de Desburocratização e Inovação no Setor Público**. É preciso fortalecer uma cultura anti-corrupção na nossa sociedade, em todos os espaços da vida em sociedade, para a promoção do Bem Viver. Introduzir este debate nas escolas será uma ação do nosso governo.

As compras públicas deverão receber olhares atentos de todos. Para isso ser possível, é preciso ter iniciativas de transparência ativa e política de dados abertos. **Criaremos um portal com as informações das compras da administração pública**, com o custo de cada um, para acompanhamento total da população.

De outro lado, também aqueles que deveriam fiscalizar e julgar as contas públicas estão, muitas vezes, submetidos mais à lógica política e partidária do que ao interesse público. Com mandatos vitalícios e indicados por critérios políticos, os conselheiros do Tribunal de Contas do DF podem criar com o Poder Executivo uma relação baseada em interesses camuflados. Vamos **apresentar critérios para a indicação dos conselheiros do TCDF**, que deve começar pela ausência de condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, além de formação em nível superior em áreas de competência afetas, como Direito, Economia e Contabilidade.

Da mesma forma, é preciso fortalecer o controle interno, que deve ter capacidade de atuação que lhe permita apoiar a construção e implementação das políticas públicas de acordo com os princípios da legalidade e universalidade, zelando pela modicidade, eficiência e transparência.

Do ponto de vista das autoridades políticas do governo, não pode pairar qualquer dúvida. Ao tomar posse, as autoridades assumirão **compromisso público para abrir mão de seus sigilos bancários e telefônico**. No caso de denúncias, se afastarão dos seus cargos até que todas as dúvidas sejam esclarecidas.

Ações:

1. Fortalecimento das ouvidorias
2. Instituir Política Distrital de Desburocratização e Inovação no Setor Público
3. Instituição de projeto educacional anti-corrupção nas escolas públicas

4. Fortalecimento das ações do controle interno no acompanhamento das políticas públicas para prevenir corrupção e mau uso dos recursos públicos.
5. Estabelecimento de critérios públicos para a indicação de ministros do Tribunal de Contas.
6. Autoridades políticas do governo abrirão mão dos seus sigilos fiscais e telefônicos para qualquer investigação sobre atos ilícitos de governo.

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

As administrações regionais são um dos órgãos do governo mais próximos da sociedade, dos problemas reais em cada localidade. Entretanto, têm sido historicamente tratados como moedas de troca entre o governo e os parlamentares, deixando a população à mercê das negociatas. Rodrigo Rollemberg não cumpriu sua promessa de fazer eleições para a escolha dos administradores para manter o troca-troca com a CLDF. As administrações regionais devem estar à serviço da população para ter seus direitos atendidos, e não objeto de favores políticos do governo.

Em primeiro lugar, é necessário **instituir os conselhos comunitários previstos na lei orgânica do Distrito Federal**. A dimensão do Conselho deve levar em consideração o tamanho de cada Região Administrativa (RA), e as conselheiras e conselheiros devem ser eleitos diretamente pela população, com a observância do sistema de cotas para promover a participação de mulheres e negros. O Conselho Comunitário indicará lista triplíce para a Governadora nomear o Administrador, que **só poderá ser substituído após manifestação do Conselho**.

Todavia, isso não é suficiente para que a administração regional, de fato, consiga atender a demanda da população. Para tanto, é preciso conceder **maior autonomia** a esses órgãos, como braços estendidos do Governo do Distrito Federal para cuidar da sua população, sem perder de vista o uso racional dos recursos públicos. A Secretaria das Cidades deve apoiar as contratações e definir as políticas gerais para a administração das cidades, mas a implementação da ação deve ser de responsabilidade de cada administração, sendo acompanhada diretamente pelo Conselho.

A descentralização do governo passa necessariamente pelo empoderamento das administrações regionais, aproximando o povo das decisões que impactam a sua vida cotidiana. Ações de manutenção e limpeza, a concessão de alvarás, projetos de melhoria da infraestrutura urbana, que precisam de rápidas respostas do poder público, bem como a administração dos parques vivenciais, promoção da cultura, atividades esportivas e de lazer nas cidades, precisam de agilidade, não podem se perder na burocracia de ofícios que percorrem procissões entre protocolos e sistemas. Da mesma forma, os órgãos do governo em cada cidade precisam estar integrados, promover ações que se complementem, e as administrações regionais podem ter um papel fundamental nessa nova dinâmica de promoção do Bem Viver nas cidades.

As administrações regionais terão papel central para debater o futuro das cidades, construindo um projeto coletivo para o bem viver das pessoas que ali habitam e trabalham. A partir desse projeto, avançaremos com implementação do **Orçamento Participativo nas Cidades**. A administração regional terá maior autonomia para a gestão, mas as definições da população serão o grande norte para a sua atuação e para a articulação dos vários agentes políticos e sociais. Os representantes do povo na Câmara Legislativa do Distrito Federal também serão convidados a fortalecer o projeto construído pela população.

Para dar conta desse novo papel diante do compromisso com a população para a construção dos **Planos Coletivos para o Bem Viver, as administrações regionais devem ser fortalecidas, com servidores de carreiras valorizados**. Esses órgãos são os que mais apresentam servidores sem vínculo com a administração, indicados por políticos e partidos, muitas vezes sem conhecimento da cidade ou de administração pública. Os cargos comissionados de livre provimento não podem ser cabide de emprego. Temos que limitá-los às atividades de assessoramento direto do administrador, que contará, na administração, com uma equipe de servidores públicos permanentes de qualidade para desenvolver os trabalhos e atender a população. O Estado estará presente, e não apenas determinado político, por meio de seus indicados.

Ações:

1. Constituição dos Conselhos de Representantes Comunitários das administrações regionais, por eleição direta.
2. Escolha do administrador a partir da Indicação de lista tríplice por parte do Conselho comunitário.
3. Maior autonomia para as administrações regionais, com reforço nas atribuições, orçamento e qualificação do corpo de servidores.
4. Implantação do Orçamento Participativo nas cidades
5. Construção de Planos Coletivos para o Bem Viver nas Cidades, com participação social

RELAÇÃO COM A CÂMARA LEGISLATIVA

As relações entre nosso governo e a Câmara Legislativa devem partir de duas premissas.

1. Se acreditamos que nosso sistema político-eleitoral, apesar dos seus defeitos, legitimará nossa vitória, também devemos compreender que ele legitima as demais – salvo os casos de corrupção eleitoral que caberá à justiça dar conta; portanto, é com os eleitos que teremos que governar, colaborando ou negociando.

2. Apesar da insatisfação com os políticos ser legítima, a demonização da Política só tem servido para gerar desengajamento e, conseqüentemente, piorar o quadro. É preciso valorizar a política e seus instrumentos: o diálogo, a negociação, a defesa de posições e interesses legítimos. E para resgatar a política o melhor caminho é fazer a boa política.

Para isso é preciso também derrubar falsos mitos. Políticos e técnicos não são opostos como querem alguns. São complementares. Compreender essa chave é fundamental para tirar o melhor da política e do corpo técnico do Estado. Ambos devem trabalhar ajustados. Políticos devem compreender que a vitória nas urnas não lhes dá o direito a fazer qualquer coisa que queiram. Técnicos precisam compreender que o mandato carrega a força do desejo popular, a expressão da vontade de parte da população de ver seus anseios representados e atendidos na medida da legalidade.

Historicamente as relações entre Executivo e Legislativo do Distrito Federal repetem a lógica empregada no plano federal e em outras unidades federadas. Chefes de governo se elegem em geral para governos minoritários no âmbito do legislativo, mas optam por construir uma maioria, via coalizões, forjadas por meio de divisão de poder com integrantes do parlamento. Em troca do compromisso *a priori* por votos, distribuem espaços na estrutura do governo.

Em alguns casos tais atores desejam usar tal espaço para influenciar republicaneamente as políticas públicas. Mas na maioria das vezes o que se vê é puro patrimonialismo. Usar o estado com cabide de empregos, ou pior, para a prática de corrupção.

Sabemos que, tendo o povo do lado de determinado projeto, esse será principal fator para que os deputados distritais também estejam. Então, nosso relacionamento com a CLDF vai se dar em torno de projetos, e não em torno de cargos. Primeiro, acreditamos que o povo saberá renovar e qualificar a Câmara Legislativa, elegendo candidatos do campo progressista. Mas também não temos qualquer receio em governar tendo a minoria dos deputados, porque teremos a maioria do povo. E, nos projetos de interesse comum, temos certeza que saberemos dialogar para que Brasília seja a única beneficiada. Com o povo decidindo os projetos prioritários, discutindo o bem viver nas cidades, os parlamentares que se preocupam com a cidade, saberão respeitar suas decisões e serão convidados a reforçar esses projetos o processo de planejamento e orçamento participativo.

O discurso de demonização da política – em voga nos dias atuais – oferece uma solução mágica para o problema: afastar o componente político da ocupação de cargos e espaços de poder. Apenas técnicos deveriam ocupar tais espaços. Como se existissem seres humanos “apenas” técnicos. Como se os próprios técnicos não tivessem suas visões políticas, ideologias, afinidades partidárias, e em muitos casos, compromissos com grupos políticos, partidários ou não, institucionalizados ou não. Essa solução é fantasiosa. Isso não significa dizer que técnicos de carreira serão desprestigiados. Ao contrário, sua presença estratégica em cargos de chefia e confiança será estimulada.

Mas diante do fato de que forças políticas têm legitimamente direito de pleitear espaços políticos, a solução que propomos é que tais concessões sejam feitas com critérios republicanos, claros e transparentes, que tanto têm faltado à política brasileira e brasiliense. Tais critérios são:

1. Atores, partido ou grupo político interessado em atuar junto ao governo deve apresentar publicamente suas propostas para o setor, com metas gerais, estratégias e equipe. As propostas, metas e estratégias deverão estar de acordo com as linhas gerais do programa de governo e do PSOL.

2. Avaliação periódica da atuação do ator, partido e grupo político, pelo governo, em conjunto com a sociedade, ensinará a continuidade da participação, sua ampliação ou eventual encerramento, bem como a cooperação do ator, partido ou grupo ao projeto político geral do governo.

3. Atores, partidos e grupos políticos se comprometem previamente que no surgimento de denúncias verossímeis de corrupção ou qualquer outra malversação da coisa pública, o responsável será imediatamente afastado, o que perdurará até o fim do procedimento investigatório, se comprometendo também os representantes do grupo na CLDF a dar as assinaturas necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, caso a gravidade das denúncias assim o exijam.

4. Serão condicionantes de ocupação de cargos públicos os mesmos condicionantes de elegibilidade previstos na “Lei da Ficha Limpa”, cabendo ainda avaliação sobre pertinência da nomeação caso a condenação penal tenha ocorrido apenas em primeira instância, e não na segunda, como prevê a lei.

RELAÇÃO COM OS SERVIDORES

Iniciaremos nosso governo enfrentando o enorme passivo que vai ser deixado pela gestão atual. **Vamos pagar a última parcela do reajuste devido aos servidores.** Após quase 4 anos de aumentos suspensos, é mais do que justa a reivindicação das trabalhadoras e trabalhadores, que não receberam qualquer reposição salarial nesse período.

Imediatamente, vamos colocar em prática uma mesa de negociação permanente para **reestruturação das carreiras do GDF**, visando reduzir as desigualdades entre os servidores, reforçar políticas de capacitação dos servidores e estabelecer mecanismos de promoção e progressão funcional, com uma relação equilibrada entre as carreiras, de acordo com os diferentes níveis de complexidade para o Estado. Toda a iniciativa governamental com relação aos servidores será objeto de discussão com os servidores, inclusive a discussão de medidas para a recuperação do IPREV, desmantelado pelo governo Rollemberg.

Em linha, criaremos a **Universidade Distrital de Gestão Pública**, que também atenderá os servidores para capacitação permanente, a partir da Escola de Governo, mas aproveitando a estrutura de governo do novo Centro Administrativo. Fortaleceremos nossa relação com os órgãos de ensino e pesquisa do governo federal, como ENAP, ESAF e IPEA, fortalecendo as capacidades estatais a partir do que lhe é mais caro, os seus servidores.

Nosso governo cuidará das pessoas. A produtividade em favor dos cidadãos só se realiza quando as pessoas estão bem e com condições de trabalho adequadas. São altos os índices de afastamento do trabalho por problemas relacionados à saúde. Em 2017, foram cerca de 15% dos docentes afastados do trabalho por motivos de saúde. Como resposta, o Governo Rollemberg editou decreto limitando o número de atestados de saúde que cada servidor poderia apresentar, no que foi contestado pelo Ministério Público e Tribunal de Contas.

Em direção oposta, criaremos um **programa de qualidade de vida e atenção à saúde dos servidores**. Iniciaremos com um projeto com as categorias que apresentam maior incidência de afastamento laboral, com um ativo programa de saúde do trabalhador. Cuidando da trabalhadora e do trabalhador, estaremos cuidando para os serviços que eles prestam ao público sejam de maior qualidade. **Prioritariamente, começaremos nas áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação.**

Isso necessariamente deve se estender aos trabalhadores terceirizados. São pessoas que vivem em condições bem mais frágeis que os servidores efetivos, muitas vezes ficam sem direitos trabalhistas quando da substituição de empresas prestadoras de serviço, e o GDF não olha para elas. Na nossa gestão, o GDF vai também cuidar para que os trabalhadores terceirizados tenham condições dignas de trabalho e qualidade de vida, cobrando atuação das empresas responsáveis, acolhendo e encaminhando suas demandas.

A ausência do Estado nessa relação tem tido duas consequências graves para o Distrito Federal: em primeiro lugar, uma relação patrimonialista das empresas com seus empregados e com o Governo. Não é de se estranhar que deputados distritais sejam empresários do ramo de empresas que prestam serviços ao governo, com fortes suspeitas de mecanismos de compra de votos, que reforçam esquemas com o GDF e se retroalimentam. Em segundo lugar, o próprio bem viver dessas pessoas é prejudicado, com baixos salários e ausência de garantias de seus direitos trabalhistas. Para isso, **criaremos uma câmara permanente para tratar das questões afetas aos trabalhadores terceirizados**, mediando a relação com as empresas.

O respeito à dignidade de todos servidores será assegurado por meio da construção de um ambiente de respeito às diferenças, com a valorização da diversidade e da

pluralidade de ideias. A igualdade de oportunidades será alcançada por meio de um **programa de diversidade** que garanta não apenas um ambiente de não discriminação para os servidores públicos, mas a representatividade equânime em cargos e órgãos dos grupos que compõem a nossa sociedade. Os valores democráticos serão balizadores da política de gestão de pessoas e novos padrões de convivência, assentados em relações socialmente mais justas, serão implantados também nas organizações públicas.

Para enfrentar problemas históricos e estruturais que impõem a exclusão e a subordinação social de negros e mulheres também nas organizações públicas, o Estado deve assumir uma postura ativa de enfrentamento às discriminações e de valorização da diversidade. Por isso, adotaremos o programa de diversidade com a implantação de cotas raciais nos concursos públicos e de metas de curto, médio e longo prazo de promoção a cargos de liderança de negros e mulheres. O programa também incluirá o comprometimento das lideranças e dos gestores públicos, a participação das equipes e a construção de mecanismos de monitoramento, avaliação e denúncias, em caso de discriminações de toda ordem.

O servidor efetivo deve ser valorizado e ser estimulado a ocupar maiores responsabilidades de acordo com seu desenvolvimento na carreira. Isso impacta a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, que deixam de sofrer descontinuidades devido às trocas de indicados políticos à conveniência das alianças partidárias construídas nos bastidores ocultos da política.

Seja no atendimento direto à população, seja no apoio ao próprio funcionamento do Estado, os servidores, efetivos ou não, cumprem um papel fundamental para a população. No nosso governo, não serão tratados como inimigos porque o foco será o mesmo: melhorar a qualidade dos serviços para o atendimento das pessoas que mais precisam do Estado. Essa compreensão será a base da nossa relação com os servidores, de que comungamos do mesmo objetivo, e não a base da judicialização dos movimentos e criminalização das lideranças sindicais e representativas das categorias.

Ações:

1. Pagar a última parcela do reajuste devido aos servidores no primeiro mês do nosso governo
2. Reestruturar as carreiras do executivo, em diálogo permanente com os servidores
3. Estabelecer programa de capacitação permanente dos Servidores do GDF
4. Instituir programa de qualidade de vida para os Servidores do GDF.
5. Criar câmara de atenção aos trabalhadores terceirizados
6. Implantar programa de diversidade, com adoção de cotas raciais.
7. Redução do número de cargos comissionados de livre provimento

CENTRO ADMINISTRATIVO, RESIDÊNCIAS E CARROS OFICIAIS

O Centro Administrativo em Taguatinga é um projeto antigo, que perpassou vários governos, embasado na justificativa de reverter parte da dinâmica do DF em direção a uma região fora do plano piloto, mas atendida por infraestrutura de transporte de massa, como o metrô. Construída em termos de uma Parceria Pública Privada, as denúncias de envolvimento com esquemas de corrupção reveladas pela Operação Lava-jato marcam o empreendimento. Todavia, o equipamento construído para a cidade está

parado, se deteriorando, sem nenhum benefício para a população. A incompetência da atual gestão não permitiu encontrar uma solução para a questão.

Nós enfrentaremos essa questão, sem dar margem para que as atividades ilícitas que tenham sido praticadas sejam recompensadas. Vamos negociar os valores, amparados na justiça e, juntamente com a negociação dos contratos de vigilância e limpeza, que consomem cerca de R\$ 400 milhões/ano dos cofres públicos, podemos ocupar com o povo o Centro Administrativo.

Precisamos descentralizar o poder decisório do Plano Piloto e levar o governo para mais perto da sua população. Da mesma forma, queremos que o povo se aproprie do espaço que, por direito, é seu. Vamos abrir o Centro Administrativo para reuniões da comunidade, assembleias, debates, mostras e atividades culturais. O espaço onde o governo atua para o povo é um espaço do povo. Um espaço de interação entre os servidores e o público que eles devem servir. Vamos, verdadeiramente, abrir o Centro Administrativo.

Mais ainda, o espaço do governo será um espaço de formação continuada para os servidores e para estudantes interessados em se capacitar em gestão e políticas públicas. Criaremos a **Universidade Distrital de Gestão Pública**, com professores mestres e doutores do corpo de funcionários de Estado, apoiados pela **Escola de Governo**, para formarmos, na prática da gestão do Estado, nossos estudantes e funcionários.

Os gestores públicos do Governo do Distrito Federal devem servir ao povo, sem qualquer privilégio. Por isso, abriremos mãos das residências e carros oficiais, e as colocaremos a disposição da rede de assistência social e de formação profissional para a sua população. Assim será com a Residência Oficial de Águas Claras ou a Residência oficial da Vice-governadora, no Lago Sul. Não nos beneficiaremos desse privilégio para proveito pessoal da Governadora às custas do Povo. Serão espaços de inclusão e desenvolvimento social e profissional. Assim, teremos mais equipamentos público para acolher, formar e cuidar das pessoas. As **Casas do Bem Viver**, abertas a todas e todos que precisarem dela.

Não basta apenas pensarmos em termos de redução de custos. Temos que pensar em dar maior eficiência aos gastos que são próprios da administração. Não faremos apenas discursos vazios, mas teremos práticas diferenciadas de gestão para ofertar o máximo de serviços de qualidade para a população que precisa, dando mais racionalidade ao uso dos recursos públicos. Não basta dizer que não vamos usar a Residência Oficial e continuar gastando milhões com sua manutenção - vamos usá-la, mas em favor do povo, aproveitando esses recursos de forma mais humana.

O Distrito Federal reúne toda a diversidade brasileira. Precisamos formar os nossos cidadãos valorizando essa diversidade. É a constituição da base fundamental para que possamos ter uma sociedade que gere oportunidades iguais a todas e todos. Esse espaço, aberto e amplo, será um local de encontro, fortalecimento mútuo e promotor da inclusão em nossa sociedade.

Ações:

1. Criar a Universidade Distrital de Gestão Pública, fortalecendo a Escola de Governo e utilizando as instalações do Centro administrativo.
2. Transferência do Governo, com espaço cultural e gestão cooperativa no Centro Administrativo de Taguatinga
3. Criar as Casas do Bem Viver, para acolhimento e formação em práticas sustentáveis.

EMPRESAS ESTATAIS

As empresas estatais devem buscar a prestação de serviços de maior qualidade para a população do Distrito Federal, com modicidade tarifária que lhes permita um equilíbrio financeiro saudável. São instrumentos para a garantia de direitos e desenvolvimento do distrito federal. Os interesses das corporações devem estar alinhados com os interesses do povo.

Submeteremos às empresas estatais vinculadas ao Governo do Distrito Federal às mais modernas normativas de governança, indo além das questões de controle e transparência das informações, mas fortalecendo os conselhos das empresas - com participação dos funcionários, e comprometendo os gestores e funcionários com objetivos estratégicos de cada empresa, visando à prestação de serviços de qualidade.

As empresas e seus funcionários ocupam um papel central para o desenvolvimento econômico e social do DF. Para que cumpram esse papel, precisamos fazer olhar além dos seus muros corporativos e fortalecer projetos que promovam sua inserção nas cidades.

Especificamente, mantendo o foco na melhoria dos serviços prestados à população, e buscando fortalecer o papel dessas empresas no bem viver da nossa cidade, vamos propor a fusão entre TCB e metrô. Não faz sentido ter duas empresas com o mesmo objetivo, que é o transporte coletivo na nossa cidade. A sua separação serve aos propósitos de enfraquecimento do metrô e da TCB, não contribui com a integração e racionalização dos custos.

Com relação ao BRB, queremos transformá-lo num banco de desenvolvimento regional, capaz de atuar em toda a região do Brasil Central, particularmente na RIDE, dado que é o único banco público dentre os estados dessa região. Vale lembrar que o BRB é patrimônio dos servidores, visto que ações do Banco foram destinadas à recomposição do IPREV, após o assalto promovido pelo atual Governo.

Ações:

1. Aplicação das mais avançadas normativas e práticas de governança corporativa nas empresas estatais do DF, tendo como referência o índice de Governança das Estatais do Governo Federal, mas indo além para a avaliação da contribuição das empresas para o Bem viver no DF.
2. Fortalecer projetos de inserção nas cidades, incentivando ações culturais, esportivas, educacionais, relacionadas à sua área de atuação, com mais editais e total transparência para o apoio a projetos sociais.
3. BRB como banco de desenvolvimento regional
4. Proposição de Fusão entre TCB e Metrô, para fortalecimento e maior integração do transporte coletivo no DF.

REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - RIDE DF

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, foi criada em 1998 pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 7.469, de 04 de maio de 2011. Tem o objetivo de promover

a articulação da ação administrativa da União, dos estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal, para reduzir as desigualdades regionais causadas pela alta concentração urbana decorrente do fluxo migratório entre o Distrito Federal e os municípios vizinhos.

Como envolve mais um Estado e os três entes federativos, a gestão das políticas públicas nesse território demanda uma forte articulação política, hoje a cargo da frágil Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a SUDECO, vinculada ao Ministério da Integração Nacional do Governo Federal. Com o atual arranjo institucional, o GDF não tem protagonismo na articulação com os estados os municípios vizinhos.

Nosso governo vai assumir o papel que o GDF deve ter. Precisamos ser protagonistas nas questões que afetam o dia-a-dia da população do DF, isso porque a integração do entorno ao DF é uma realidade cotidiana. Muitas pessoas moram nos municípios do entorno trabalham no DF, utilizam serviços públicos aqui, dada a dinâmica econômica da nossa região e o papel de polarização que Brasília exerce sobre sua região de influência. Pelo nível de melhoria dos serviços públicos e dinamização econômica que terá o nosso governo, com a implantação do **Salário Mínimo Regional**, essa integração será ainda maior, e precisamos estar preparados para isso.

Faremos isso com base em muito diálogo e fortalecimento de instituições que possam ajudar na articulação de um plano de desenvolvimento pro DF e entorno. Por isso, propomos a a formação de um **consórcio público interfederativo multifinalitário**, que possa atuar em todas as áreas que a legislação permitir, e abrir novos horizontes para isso trabalhando junto ao Congresso Nacional e com os legislativos locais.

O **Consórcio da Ride DF** permitirá que o plano de investimentos públicos que o DF pretende implementar também tenha impactos nessas várias cidades. Por exemplo, a solução da crise hídrica passa por obras que envolvem as bacias hidrográficas da região, que atendem não apenas o DF, mas também o entorno.

Mas, mais importante ainda, é ter um planejamento integrado com o entorno, conforme preconiza o Estatuto das Metrôpoles. Faremos isso de forma articulada, expandindo os horizontes da nossa Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, que passará a realizar estudos e planejamento também sobre o Entorno, em parceria com as instituições de planejamento dos Estados e dos município que compõem a RIDE, e também trazendo atores do entorno para o nosso **Conselho do Bem Viver**.

Ações:

1. Criação do Consórcio da RIDE DF;
2. Ampliar a área de atuação da CODEPLAN
3. Participação de atores do entorno no Conselho do Bem Viver, que substituirá o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.